

0043.000017/2025-27



Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 179  
Disponibilização: 19/09/2025  
Publicação: 19/09/2025

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Seção de Recursos Humanos - SUPEL-RH

Portaria nº 230 de 17 de setembro de 2025

Altera a Portaria n.º 52, de 23 de abril de 2025, que reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a 1ª Comissão Genérica, e revoga a Portaria n.º 117, de 04 de junho de 2025, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas no art. 5.º, inciso V, do Decreto n.º 27.948, de 1.º de março de 2023, e no art. 43 da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017;

**CONSIDERANDO** A reformulação das Comissões Genéricas no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia – SUPEL/RO, com o objetivo de conferir celeridade e eficiência à tramitação dos processos de compras públicas;

**CONSIDERANDO** a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Alterar os incisos do art. 1º da Portaria nº 52, de 23 de abril de 2025, que dispõe sobre a reformulação das equipes de licitações e a designação de servidores para compor a 1ª Comissão Genérica, a qual passará a vigorar com a seguinte composição:

**I - Agente de contratação:**

a) Roseanna Nascimento Alves da Silva, matrícula n.º \*\*\*\*\*478.

**II - Equipe de Apoio:**

a) Patrick Marques de Souza, matrícula n.º \*\*\*\*\*635;

b) Ezequiel Sales de Lima, matrícula n.º \*\*\*\*\*313;

c) Victor Matheus da Silva Barros, matrícula n.º \*\*\*\*\*875.

**§ 1º** A servidora indicada no inciso I, alínea “a”, atuará como pregoeira, sempre que a modalidade de licitação adotada for o pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8.º, § 5.º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**§ 2º** Fica designado como pregoeiro substituto o servidor indicado no inciso II, alínea ‘a’, deste artigo, que exercerá as atribuições da pregoeira em suas ausências ou impedimentos legais

**Art. 2º** Fica revogada a Portaria nº 117 de 04 de junho de 2025.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de setembro de 2025.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

**MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO**

Superintendente de Compras e Licitações do Estado de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO, Superintendente**, em 18/09/2025, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0064498253** e o código CRC **62EE6D11**.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Comissão Genérica 1ª - SUPEL-COGEN1

**INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90074/2026/SUPEL/RO**

Para o **TODOS OS LOTES**, aplica-se a **AMPLA PARTICIPAÇÃO sem a reserva** de cota de até 25%  
para as **ME/EPP**

**RESUMO DOS DADOS**

<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:</b> 13/05/2026, às 10:00h (horário de Brasília) sítio: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> .	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 08/05/2026.
--	--

<b>OBJETO</b>	
Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de materiais e equipamentos, e prestação de serviços elétricos no Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO.	
<b>FUNDAMENTO:</b>  Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021. Decreto estadual nº 28.874, 25 de Janeiro de 2024, dentre outros.	
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO :</b>	
<b>UASG:</b> 925373 <b>ENDEREÇO ELETRÔNICO :</b> <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> .	
<b>VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>	
ORÇAMENTO ANUAL	R\$641.804,94(seiscentos e quarenta e um mil, oitocentos e quatro reais e noventa e quatro centavos)
<b>VISTORIA</b>	<b>INSTRUMENTO CONTRATUAL</b>
Facultativa	Contrato
<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>	

<b>Requisitos Básicos:</b> <b>1. Habilitação jurídica:</b> Conforme estabelecido nos <u>itens 21. ao 21.1.2. do Termo de Referência.</u> <b>2. Qualificação econômico e financeira:</b> Conforme estabelecido nos <u>itens 21.2. ao 21.3.2. do Termo de Referência.</u> <b>3. Regularidade Fiscal, social e trabalhista:</b> Conforme estabelecido no <u>item 21.4. do Termo de Referência.</u> <b>4. Qualificação técnica:</b> Conforme estabelecido nos <u>itens 21.5. ao 22.8.5. do Termo de Referência.</u>		<b>Requisitos Específicos:</b>
<b>CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?</b>	<b>RESERVA COTA ME/EPP?</b>	<b>EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?</b>
<p>não</p>	<p>não</p>	<p>não</p>
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>CONTRATAÇÃO</b>
<p>Menor Preço</p>	<p>Aberto</p>	<p>sim</p>
<b>TELEFONES PARA CONTATO</b>		<b>E-MAIL PARA CONTATO:</b>
<p>Telefone: 69.3212-9243</p>		<p><a href="mailto:cogen1.supel@gmail.com">cogen1.supel@gmail.com</a></p>
<b>OBSERVAÇÕES GERAIS:</b>		
<p>1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.</p>		
<p>2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número <b>90000</b> antes do número do certame. (ex.: <b>90001/2024</b>)</p>		

## SUMÁRIO

1. DO PREÂMBULO;
2. DO OBJETO;
3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
5. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
6. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
8. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO;

- 10. DO RECURSO;
- 11. DA HOMOLOGAÇÃO;
- 12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
- 13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
- 14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
- 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
- 16. DOS ANEXOS;

1. DO PREÂMBULO

1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÃO S, por meio da Portaria nº 230/2025/GAB/SUPEL, publicada no DOE na data 17 de Setembro de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o nº 90074/2026/SUPEL/RO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, com o Método de Disputa: ABERTO, em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Lei Complementar nº 123/06 e Decreto Estadual nº 21.675/2017, e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado a Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de materiais e equipamentos, e prestação de serviços elétricos no Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência Anexo I.

2.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

2.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 2.9. do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

LOTE 01 – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, REALOCAÇÃO DE SUBESTAÇÃO E INSTALAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A REDE ELÉTRICA

Item	Catálogo CAT Mat	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
------	------------------------	---------------	-------------------------	------------

Item	Catálogo CAT Mat	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
01	21687	<p><b>SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REVISÃO DE SUBESTAÇÃO DE 150 KVA TRIFÁSICO 13,8 KV/ 220-127 V 60 Hz ESTRUTURA CE3</b></p> <p>Realocação de 02 (DOIS) transformador trifásico de 150 kVA (13,8 kV / 220-127 V) em estrutura tipo CE3, incluindo a reavaliação técnica de componentes existentes para reaproveitamento. A contratada é integralmente responsável pelo fornecimento e instalação de cabos, conexões e acessórios necessários para a nova subestação. Deve ser executada malha de aterramento composta por 10 (dez) hastes tipo Copperweld (2.400 mm), interligadas por cabo de aço cobreado (seção 3x9 AWG) e dotadas de caixas de inspeção. A resistência de terra deverá ser mantida abaixo de 10,0 Ohms em qualquer época do ano, sob pena de adequação compulsória da malha pela contratada, garantindo conformidade com os padrões da ENERGISA .</p>	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)
02	21687	<p><b>SERVIÇO DE REALOCAÇÃO DE POSTE EM REDE DE BAIXA TENSÃO</b></p> <p>O serviço consiste na realocação de 10 (DEZ) postes de energia elétrica com luminária pública, conforme orientações da coordenação do evento. A contratada deverá assumir a responsabilidade total pelo fornecimento de materiais, frete, equipamentos de içamento (caminhão munck), escavação, engastamento e mão de obra especializada . O serviço inclui a reposição de cabos, acessórios e componentes que sofram danos durante a execução, além de vistoria técnica prévia <i>in loco</i> para marcação dos pontos conforme orientações da coordenação . Toda a instalação deve observar rigorosamente as normas técnicas de segurança e os padrões da concessionária ENERGISA .</p>	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)
		<p><b>SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS</b></p> <p><b>1 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DAS CONEXÕES DA REDE DE MÉDIA TENSÃO:</b> A contratada deverá realizar a revisão e manutenção preventiva e corretiva das conexões e cabos integrantes das redes de média e baixa tensão. O escopo dos serviços compreende, obrigatoriamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Inspeção e Ajuste Técnico:</b> Realização de inspeção detalhada e ajuste de todas as conexões para prevenir falhas ou interrupções causadas por superaquecimento decorrente da alta demanda de energia durante o evento.</li> <li>• <b>Manutenção de Transformadores:</b> Execução do reaperto técnico de todos os <b>conectores perfurantes</b> em todos os transformadores instalados na unidade.</li> <li>• <b>Sistemas de Aterramento:</b> Revisão técnica integral de todos os <b>sistemas de aterramento</b> da rede, garantindo a continuidade elétrica e a segurança das instalações.</li> <li>• <b>Responsabilidade Integral:</b> Todo o fornecimento de equipamentos, ferramentas, instrumentos de medição e mão de obra necessária será de responsabilidade exclusiva da contratada.</li> <li>• <b>Comprovação Técnica:</b> Ao término das atividades, a contratada deverá apresentar relatório fotográfico detalhado e laudo técnico dos serviços executados, ambos emitidos por um engenheiro eletricista e acompanhados da respectiva <b>ART (Anotação de Responsabilidade</b></li> </ul>		

Item	Catálogo CAT Mat	Técnica) devidamente paga. Especificação 2 - LISTA DE MATERIAIS E INSUMOS	Unidade de Medida	Quantidade
03	21687	<p><b>POSTES E ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>08 UNIDADES - POSTE DE CONCRETO 11/300:</b> Poste de concreto armado seção circular ou duplo T, com 11 metros de altura e carga nominal de 300 daN, para uso em redes de distribuição urbana/rural.</li> <li>• <b>02 UNIDADES - POSTE DE CONCRETO 11/600:</b> Poste de concreto armado com 11 metros de altura e carga reforçada de 600 daN, indicado para estruturas de fim de linha ou ancoragem.</li> <li>• <b>06 UNIDADES - BRAÇO TIPO L (C1A):</b> Braço metálico galvanizado a fogo para sustentação de luminárias e acessórios em postes de concreto.</li> <li>• <b>02 UNIDADES - BRAÇO TIPO C:</b> Suporte metálico galvanizado para fixação de condutores e isoladores.</li> <li>• <b>04 UNIDADES - PERFIL TIPO U (CE3):</b> Perfil de aço galvanizado utilizado em estruturas de subestação e montagem de transformadores em poste</li> <li>• <b>04 UNIDADES - FIXADOR PARA PERFIL U:</b> Acessório metálico para travamento e fixação do perfil "U" na estrutura do poste.</li> </ul> <p><b>CABOS E CONDUTORES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>1.200 METROS - CABO XLPE 35 MM² (15/25 KV):</b> Cabo de alumínio com isolamento em polietileno reticulado (XLPE), protegido para média tensão, classe 15/25 kV.</li> <li>• <b>600 METROS - CABO ALUMÍNIO QUADRUPLEX 120 MM²:</b> Conductor de alumínio, classe de encordamento 2, isolamento XLPE 90 graus, tensão 1kV, composto por 3 veias coloridas (Preto/Cinza/Vermelha) e 1 neutro nu.</li> <li>• <b>400 METROS - CABO DE AÇO GALVANIZADO 6.4 MM:</b> Cabo de aço de alta resistência para uso como mensageiro em redes compactas ou estaiamento.</li> <li>• <b>100 METROS - CABO DE ATERRAMENTO 50 MM²:</b> Conductor de cobre nu, têmpera meio-dura, para execução de malha de terra e descidas de para-raios.</li> <li>• <b>20 METROS - CABO DE COBRE FLEXÍVEL 120 MM²:</b> Isolação em composto termofixo HEPR (90°C), tensão nominal 0,6/1kV, conforme NBR 7286.</li> </ul> <p><b>CONEXÕES E PROTEÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>200 UNIDADES - CONECTOR PERFURANTE 120/120 MM:</b> Conector tipo CDP com revestimento metálico, para conexão por perfuração de isolamento em cabos de 16 a 120mm² .</li> <li>• <b>40 UNIDADES - CONECTOR PARALELO:</b> Conector de alumínio para derivações em redes de baixa tensão.</li> <li>• <b>40 UNIDADES - TERMINAL DE COBRE A COMPRESSÃO 120 MM:</b> Cobre eletrolítico com acabamento estanhado, diâmetro do furo 10,5mm (M10), conforme NBR-5370 .</li> <li>• <b>12 UNIDADES - ELO FUSÍVEL 6A / 12 UNIDADES - 8A / 12 UNIDADES - 15A:</b> Fabricados conforme NBR 7282, curva tipo K, cabeça fixa, para chaves de distribuição até 36,2kV.</li> </ul>	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO COM EMPREGO DE MATERIAIS)

Item	Catálogo CAT Mat	<b>ACESSÓRIOS DE REDE COMPACTA (PROTEGIDA):</b> <b>Especificação</b> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>55 UNIDADES - REPASSADOR LOSANGULAR</b>  <b>(ESPAÇADOR):</b> Fabricado em polietileno de alta densidade, resistente a trilhamento elétrico, para manutenção do espaçamento entre fases.</li> <li><b>24 UNIDADES - BASTÃO POLIMÉRICO COMPLETO:</b> Isolador de ancoragem composto por núcleo de fibra de vidro e saias de silicone, para isolação de média tensão.</li> <li><b>10 UNIDADES - ISOLADOR RYTOP E 10 PINOS:</b> Isolador de topo para rede compacta com pino de fixação em aço galvanizado.</li> </ul> <b>MISCELÂNEA E FIXAÇÃO:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>40 UNIDADES - PARAFUSO 16/250:</b> Parafuso cabeça quadrada tipo máquina, 16x250mm, em aço galvanizado com porca.</li> <li><b>10 UNIDADES - HASTE DE ATERRAMENTO (2.40M):</b> Haste cobreada tipo Copperweld com 2400 mm de comprimento e camada de cobre de alta espessura.</li> <li><b>10 UNIDADES - CONECTOR GRAMPO ATERRAMENTO:</b> Grampo de fixação mecânica para conexão entre cabo e haste de aterramento.</li> <li><b>24 UNIDADES - GRAMPO DE ANCORAGEM 50 MM:</b> Para encabeçamento e ancoragem de cabos multiplexados.</li> <li><b>08 UNIDADES - ALÇA PREFORMADA 6.4 MM:</b> Alça de aço galvanizado para terminação de cabos de aço e estais.</li> </ul>	Unidade de Medida	Quantidade

Item	Catálogo CAT Mat	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
04	21687	<p><b>SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE REDE ELÉTRICA EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO</b></p> <p>A empresa contratada deverá prestar serviço contínuo de monitoramento da rede elétrica durante todo o período do evento, incluindo medições de consumo, verificação de sobreaquecimento e análises de desempenho da rede. Para isso, deverá instalar e operar um sistema de monitoramento capaz de identificar possíveis superaquecimentos na infraestrutura da rede elétrica, apresentando relatórios detalhados ao final. Será também necessário disponibilizar uma equipe de prontidão composta por 1 (um) engenheiro eletricista, 1 (um) eletricista e 2 (dois) auxiliares, garantindo atendimento imediato e solução ágil de ocorrências durante o evento.</p> <p>Todo o fornecimento de equipamentos, como software de monitoramento em tempo real, sensores de temperatura, medidores de consumo, EPIs e ferramentas necessárias, será de responsabilidade da contratada. Ao término do evento, a empresa deverá apresentar um relatório técnico detalhado e um laudo técnico dos serviços realizados, ambos emitidos por um engenheiro eletricista, acompanhados da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitida pelo conselho competente.</p> <p><b>NOTA:</b> O Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização do evento, conta atualmente com 14 transformadores trifásicos instalados, totalizando uma potência instalada de 2.250 kVA. A demanda contratada, conforme a carga disponibilizada pela Energisa para a unidade consumidora, é de 1.800 kW.</p>	SERVIÇO	01 SERVIÇO (OMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES

Catálogo de Materiais – CATMAT (<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>) - conforme Art. 19, II, § 2º e art. 40, § 1º, I da Lei 14.133/2021.

\*Não foi identificado no Catálogo de Materiais – CATMAT objeto idêntico ao da descrição, por esse motivo foi aplicado o código do objeto mais similar.

## LOTE 02 – SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E INTERVENÇÃO EM INSTALAÇÕES DE REDE ELÉTRICA

Item	Catálogo CAT Mat	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
05	21687	<p><b>SUBSTITUIÇÃO DE POSTES CABOS EM REDE DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO</b></p> <p>Execução de serviços eventuais de substituição de cabos elétricos em redes de média e baixa tensão, compreendendo o fornecimento, remoção e destinação adequada de cabos danificados, lançamento, tracionamento e fixação de novos condutores, substituição eventual de postes danificados ou tecnicamente inadequados, incluindo retirada do poste existente, fornecimento e instalação de novo poste compatível com as cargas e esforços solicitantes, recomposição das estruturas e realocação dos circuitos, adequação de terminais, reaperto de conexões, realização de testes de continuidade e isolamento, bem como energização assistida, quando aplicável. <b>Todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessários à execução do serviço são de inteira responsabilidade da contratada.</b></p>	SERVIÇO	05 SERVIÇO (COMPLETO COM EMPREGO DE MATERIAIS)



Item	Catálogo CAT Mat	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
06	21687	<b>RELIGAÇÃO DE CHAVE FUSÍVEL EM TRANSFORMADOR TRIFÁSICO</b>  Execução de religação de chave fusível em transformador trifásico com potências nominais de 112,5 kVA, 150 kVA e 300 kVA, tensão primária de 13,8 kV e tensão secundária de 220/127 V, incluindo inspeção técnica, fornecimento e substituição de elos fusíveis quando necessário, verificação das condições operacionais, ajustes, testes e energização assistida. <b>Todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessários à execução do serviço são de inteira responsabilidade da contratada.</b>	SERVIÇO	05 SERVIÇO (COMPLETO COM EMPREGO DE MATERIAIS)
07	21687	<b>LIGAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>  Execução de serviços de ligação, adequação e regularização de instalações elétricas em média e baixa tensão, incluindo quadros de distribuição, ramais, dispositivos de proteção, conexões, ajustes técnicos e testes funcionais necessários ao pleno restabelecimento da segurança e funcionalidade do sistema elétrico. <b>Todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessários à execução do serviço são de inteira responsabilidade da contratada.</b>	SERVIÇO	05 SERVIÇO (COMPLETO COM EMPREGO DE MATERIAIS)

Catálogo de Materiais – CATMAT (<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>) - conforme Art. 19, II, § 2º e art. 40, § 1º, I da Lei 14.133/2021.

\*Não foi identificado no Catálogo de Materiais – CATMAT objeto idêntico ao da descrição, por esse motivo foi aplicado o código do objeto mais similar.

**2.4. Da garantia do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 3. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.4.1 Não será exigida garantia de execução**, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a natureza do objeto, o prazo de execução e a forma de pagamento não justificam a imposição de garantia, não havendo risco relevante que comprometa a adequada execução contratual.

**2.4.2.** Independentemente da exigência de garantia contratual, a CONTRATADA deverá assegurar a qualidade dos serviços executados, responsabilizando-se pela correção de quaisquer falhas, vícios ou defeitos identificados, sem ônus adicional para a Administração, durante todo o período de execução contratual e até o recebimento definitivo do objeto.

**2.4.3.** Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA responderá pela solidez e segurança dos serviços executados, bem como pelos vícios ocultos, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, devendo promover, às suas expensas, as correções necessárias sempre que constatadas falhas decorrentes de execução inadequada, emprego de materiais impróprios ou descumprimento das normas técnicas aplicáveis.

**2.4.4.** A assistência técnica deverá ser prestada sempre que necessário, mediante solicitação da Administração, especialmente durante o período de realização do evento, devendo a CONTRATADA garantir atendimento imediato para correção de falhas, interrupções ou inadequações no sistema elétrico.

**2.4.5.** A responsabilidade da CONTRATADA abrange integralmente os serviços executados, incluindo fornecimento de materiais, instalação, testes, funcionamento e desempenho da infraestrutura elétrica, devendo assegurar a plena operacionalidade do sistema durante o período contratual.

**2.5 Das condições contratuais/garantia do contratual:** Ficam aquelas estabelecidas

no item 3. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.6. Do reajuste e supressão contratual:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 28.4. ao 28.5.4. do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

#### **2.6.1. REAJUSTE CONTRATUAL:**

2.6.2. Durante o período de vigência do Contrato, os reajustes de valores serão conduzidos de acordo com a previsão no ordenamento do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

#### **2.6.3. Do Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos:**

2.6.4. O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público, conforme redação do art. 150 a 153 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Art. 150. O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público.

§ 1º A Administração deverá indicar o critério de reequilíbrio de preços, que deverá ser sob a forma de reajuste em sentido estrito, com a previsão de índices específicos ou setoriais, ou por repactuação, pela demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.

§ 2º Sob pena de nulidade, cláusula de reajuste vinculada a variações cambiais ou ao salário-mínimo, só poderá ser admitida mediante justificativa específica, observadas as prescrições legais.

Art. 151. O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito.

§ 1º Apresentado no prazo estipulado no caput deste artigo, os efeitos financeiros retroagirão à data-base prevista na convenção coletiva de trabalho ou à data de ocorrência do fato gerador.

§ 2º Caso o pedido seja feito fora do prazo previsto no caput deste artigo, os efeitos financeiros serão contados a partir da data de recebimento do pedido pela contratante, sendo vedado ao ordenador de despesa conceder efeito retroativo aos efeitos financeiros.

§ 3º A contratada para a execução de remanescente de obra ou serviço tem direito ao reajuste ou repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação.

Art. 152. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos seguintes, deverão ser instruídos com:

I - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

II - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

III - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

IV - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.

Art. 153. Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise.

2.6.4.1. Do pedido do reajuste, fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Art. 155. O pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

2.6.4.2. Da escolha do índice conforme Art. 156. do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Art. 156. A escolha do índice de reajuste observar-se-á o critério da especialidade e da setorialidade, analisando se para o objeto contratual há índice específico de reajuste.

2.6.4.3. Considerando que o reajuste de preços pode ser realizado mediante aplicação de índice de reajuste ou por demonstração analítica da variação dos custos, será utilizado o índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado) para os respectivos cálculos. A data-base será vinculada à data do orçamento estimado, sendo que o critério de aplicação deverá ser aquele que, de maneira mais vantajosa, atenda às especificidades do objeto contratual, conforme estabelece o §7º do artigo 25 da Lei nº 14.133/21.

**2.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 11. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

#### **2.7.1. Do Acompanhamento da Contratação:**

2.7.2. A execução do objeto correspondente ao Lote Único deverá ocorrer em estrita conformidade com as especificações técnicas e cronogramas definidos. A equipe de fiscalização designada será responsável pelo acompanhamento, vistoria e recebimento definitivo, assegurando a conformidade das instalações de rede, do fornecimento de materiais e da **prestação do serviço de monitoramento contínuo**, incluindo a verificação diária da **presença da equipe técnica residente** e a validação dos relatórios de carga e temperatura emitidos pelo software.

2.7.3. Todo o processo de instalação e manutenção da infraestrutura será conduzido no Centro Tecnológico Vandeci Rack, sob supervisão direta da fiscalização, garantindo que a rede elétrica suporte a alta demanda de forma segura e dentro dos padrões de qualidade exigidos pela **ENERGISA**. Tais medidas evidenciam o compromisso do Governo do Estado de Rondônia em promover a plena funcionalidade e segurança elétrica durante a 13ª Rondônia Rural Show Internacional.

2.7.4. No âmbito da organização administrativa e do planejamento da contratação, foram formalmente instituídas a Comissão de Contratação e a Equipe de Planejamento da Contratação, por meio da Portaria nº 188, de 23 de setembro de 2025, assegurando a definição de responsabilidades, a segregação de funções e o suporte técnico e administrativo necessário à fase preparatória do processo de contratação.

2.7.5. Também foram constituídas a Comissão Organizadora, a Comissão Executora e as Comissões de Gestão e Fiscalização dos eventos da 13ª Rondônia Rural Show Internacional e da 7ª Rondoleite, conforme disposto na Portaria nº 210, de 05 de novembro de 2025, garantindo a estrutura organizacional necessária à coordenação, ao acompanhamento e à fiscalização das contratações relacionadas ao evento.

2.7.6. Como medida de fortalecimento da capacidade administrativa e do controle da execução, a equipe designada foi devidamente capacitada para atuação nas fases de planejamento, contratação e acompanhamento contratual.

2.7.7. No mesmo sentido, o Controle Interno da SEAGRI promoveu a padronização de modelos de documentos e fluxos processuais, com vistas a conferir maior uniformidade, celeridade e segurança jurídica à instrução dos processos administrativos, contribuindo para a mitigação de riscos

formais e operacionais durante a tramitação da contratação.

**2.8. Da entrega/recebimento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 11. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.8.1. Do Local/Horário da entrega:**

2.8.2. A execução será realizada no Centro Tecnológico Vandeci Rack, localizado no Km 333 da BR-364, a 11 km do município de Ji-Paraná/RO, sentido Presidente Médici, local onde é realizada a Rondônia Rural Show Internacional. A entrega dos itens deverá ocorrer conforme o cronograma previsto no item 2.8.2.2. deste documento, no horário das 08h às 18h.

**2.8.3. Do Cronograma de Entrega/Execução:**

2.8.4. Em relação aos itens mencionados acima, a contratada deverá realizar a instalação, bem como disponibilizar técnicos para auxiliar e sanar quaisquer problemas que possam ocorrer durante todo o evento.

2.8.5. A entrega dos itens, deverão ocorrer conforme cronograma abaixo das 08h às 18h:

scrição	Início do prazo de execução	Prazo da entrega dos produtos/serviços	Recebimento da Comissão de fiscalização
LOTE 01	Imediato, a partir da data de recebimento, pela empresa contratada, da respectiva Nota de Empenho.	<u>20/05/2026</u>	<u>01 a 31/05/2026</u>
LOTE 02	Imediato, a partir da data de recebimento, pela empresa contratada, da respectiva Nota de Empenho.	A confirmar, de acordo com a demanda da administração	Até 05 (cinco) dias úteis

**2.8.6. Recebimento Provisório:**

2.8.7. No ato da entrega para posterior verificação das conformidades dos produtos/serviços com as especificações estabelecidas no Termo de Referência. O recebimento supra referido dar-se-á através de recibo apostado na nota fiscal.

**2.8.8. Recebimento Definitivo:**

2.8.9. Em até 05 (cinco) dias úteis para verificação das conformidades dos produtos/serviços com as especificações contidas no Termo de Referência, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto e consequente aceitação;

2.8.10. Cabe ressaltar que tanto o Recebimento Provisório quanto o Definitivo não exigem a empresa fornecedora das responsabilidades civis relativas à qualidade e segurança do produto entregue, nem da responsabilidade ética e profissional pela perfeita execução da entrega, conforme previsto em lei.

**2.8.11. Nota Fiscal:** As Notas Fiscais, deverão ser emitidas em 2 (duas) vias, devendo conter no corpo da Nota Fiscal, a descrição do objeto, o número do empenho e o número da Conta Bancária para depósito do pagamento. Deverá ser emitida em nome da Secretaria de Estado da Agricultura-SEAGRI, CNPJ - 03.682.401/0001-67, Endereço: Av. Farquar, nº 2986 Bairro Pedrinhas – CEP 76.801-470 – Porto Velho/RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Jamari, 3º Andar, ou conforme orientado formalmente pela contratante.

Resumo Detalhado do Recebimento:

ETAPA	PRAZO	RESPONSÁVEL
Início da Entrega/Execução	A entrega dos serviços deverá ocorrer no dia 30/04/2026	Contratada

Recebimento Provisório	No prazo de 01 (um) dia, para posterior verificação da conformidade dos serviços realizados, com as especificações deste, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório.	Comissão de Fiscalização
Recebimento Definitivo	no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Termo de Recebimento Provisório	Comissão de Fiscalização
Liquidação da Despesa	Após Recebimento Definitivo	SEAGRI
Pagamento	Até 15 dias após a liquidação	SEAGRI

**2.9. Do pagamento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 20. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.9.1. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (Capítulo IX Art. 188 a 192 do Decreto nº 28.874 que regulamenta a Lei 14.133/2021, Art. 141, Capítulo X)**

2.9.2. O pagamento será efetuado dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias em conformidade ao estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, contado a partir da data de apresentação formal da documentação fiscal e contratual exigida, após a devida liquidação da despesa. Será respeitada a ordem cronológica de exigibilidade dos pagamentos, observando-se a distinção por fonte de recursos e categoria contratual, nos termos do art. 141 da referida Lei.

2.9.3. Vale ressaltar que a realização do pagamento deverá ocorrer exclusivamente após a conclusão e a devida formalização das fases de recebimento provisório e definitivo do objeto contratado, nos termos dos artigos 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021, de modo a assegurar o estrito cumprimento dos princípios da legalidade, da eficiência, da economicidade, da transparência e do interesse público na execução contratual, evidenciando-se, assim, a conformidade técnica e administrativa da entrega.

2.9.4. Justificamos ainda que, considerando a complexidade inerente à execução contratual e a obrigatoriedade de observância das etapas formais de recebimento do objeto, **o prazo de 15 (quinze) dias estabelecido para pagamento mostra-se necessário e proporcional**, uma vez que a Administração Pública deverá cumprir rigorosamente os ritos de conferência, fiscalização e aceite, compreendendo o recebimento provisório e o recebimento definitivo, conforme determina a Lei nº 14.133/2021, de modo a assegurar que o objeto contratado atenda integralmente às especificações técnicas e aos critérios de qualidade pactuados, evitando riscos de irregularidades ou pagamentos indevidos.

2.9.5. Adicionalmente, destaca-se que o período subsequente à realização do evento concentra elevado volume de processos que demandam tramitação sequencial nos setores de liquidação e ordenação da despesa, o que torna imprescindível a fixação de prazo hábil para que todas as etapas sejam devidamente processadas, garantindo segurança jurídica, eficiência administrativa e estrita observância aos controles internos e externos da gestão pública.

- a) Nota fiscal; (Em nome da fonte pagadora, conforme dados contidos na Nota de Empenho)
- b) Termo de Recebimento Definitivo do objeto;
- c) Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);
- d) Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- e) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS;
- g) Certidão de Regularidade perante a Justiça do – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, 07/07/2011).

2.9.6. As Notas Fiscais, deverão ser emitidas em 2 (duas) vias, devendo conter no corpo da Nota Fiscal, a descrição do objeto, o número do empenho e o número da Conta Bancária para depósito do pagamento.

2.9.7. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária - OB e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada.

2.9.8. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, CNPJ: 03.682.401/0001-67 - Endereço: Av. Farquar, nº 2986 Bairro Pedrinhas - CEP 76.801.470 - Porto Velho/RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Jamari.

2.9.9. Não será efetuado qualquer pagamento à (s) empresa (s) contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.9.10. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

2.9.11. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal (eletrônica), a SEAGRI a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

2.9.12. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

2.9.13. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

2.9.14. A SEAGRI efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

2.9.15. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal (eletrônica), a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e cópia do Contrato Social da Empresa.

2.9.16. Considerando a condição de pagamento estabelecida na qual condiciona a quitação de cada Nota Fiscal à apresentação de comprovação de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista — notadamente a Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidão Negativa da Receita Estadual (SEFIN), Certidões Negativas Municipal, Federal e de Débitos Trabalhistas —, cumpre ressaltar que, embora a exigência de regularidade fiscal e trabalhista configure requisito indispensável para a habilitação e manutenção de contratos com a Administração Pública, nos termos do art. 27 da Lei nº 8.666/1993 e art. 67 da Lei nº 14.133/2021, não se admite a retenção indevida de valores referentes a serviços já executados e recebidos, em razão do descumprimento dessa obrigação acessória, sob pena de caracterização de enriquecimento ilícito da Administração (art. 884 do Código Civil) e violação ao princípio da legalidade (art. 37, caput, da CF/1988); todavia, impõe-se aos gestores e fiscais do contrato a responsabilidade solidária de condicionar a efetiva liquidação e pagamento à verificação prévia e tempestiva da apresentação dos documentos comprobatórios necessários, assegurando a qualificação plena da prestação de serviços, o controle orçamentário e o cumprimento das cláusulas contratuais, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas cabíveis em caso de inadimplência.

2.9.17. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (encargos moratórios) devida, entre a data referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$ , assim, apurado:

$I = i/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$

Onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%.

**2.10. Da obrigação da contratada:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 23. ao 23.1.28. do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

#### **2.10.1 DEVERES CONTRATUAIS:**

##### **2.10.2. Do Contratado:**

2.10.3. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratada, também se incluem os dispositivos a seguir: A Contratada se obriga a aceitar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitando os limites do Artigo 125 da Lei 14.133/21 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da (s) proposta (s) Contratada (s), diante de necessidade comprovada da Administração.

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

2.10.4. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

2.10.5. Designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato.

2.10.6. A contratada não poderá repassar os custos de uniforme e equipamentos a seus empregados.

2.10.7. Realizar diariamente, em conjunto com a Contratante, o acompanhamento técnico das atividades, visando a qualidade da prestação dos serviços.

2.10.8. Os Postos/Locais de serviço deverão ser obrigatoriamente inspecionados no mínimo 01 (uma) vez por dia, em períodos alternados.

2.10.9. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos Postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

2.10.10. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

2.10.11. Efetuar a reposição da mão-de-obra nos Postos/Locais de serviço, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

2.10.12. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Administração, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma.

2.10.13. Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão-de-obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços.

2.10.14. Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

2.10.15. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nos Postos/Locais de serviço das instalações onde houver prestação dos serviços.

2.10.16. Comunicar à unidade do Contratante que administra o contrato, toda vez que

ocorrer afastamento ou qualquer irregularidade, substituição ou inclusão de qualquer elemento da equipe que esteja prestando serviços; no caso de substituição ou inclusão.

2.10.17. Disponibilizar agentes em quantidade necessária para garantir a operação dos postos nos regimes contratados, uniformizados e portando crachá com foto recente.

2.10.18. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito.

2.10.19. Manter controle de frequência/pontualidade de seus agentes sob o contrato.

2.10.20. Recrutamento, administração, transporte, acomodação, alimentação e quaisquer outras obrigações relacionadas com a mão-de-obra, ficando responsável por todos os atos praticados por seus empregados.

2.10.21. Arcar com todas as despesas relativas a encargos trabalhistas e previdenciários referentes aos AGENTES colocados no serviço.

2.10.22. Prever um quantitativo de pessoal necessário para eventuais substituições dos efetivos, em caso de afastamento por motivos de doença ou afins, etc.

2.10.23. Fornecer quando solicitado, cópias dos comprovantes de pagamento, contendo a discriminação individual da remuneração, bem como, dos recolhimentos trabalhistas, das contribuições previdenciárias, referentes ao pessoal utilizado no serviço.

2.10.24. Serão de inteira responsabilidade da empresa prestadora dos serviços, eventuais prejuízos causados por seus empregados, quando no exercício de suas atividades. Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar para cada posto de serviço, os materiais e equipamentos de acordo com o estabelecido neste instrumento.

2.10.25. Substituir o material/equipamento com prazo de validade vencido, com defeito ou considerado inadequado para o serviço, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação da Contratante.

2.10.26. A Contratada se obriga a aceitar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitando os limites do Artigo 125 da Lei 14.133/21 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da (s) proposta (s) Contratada (s), diante de necessidade comprovada da Administração.

2.10.27. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.10.28. É vedada a contratação de pessoa jurídica cujo quadro societário, diretivo ou funcional possua cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante, bem como de agente público que desempenhe função na licitação, atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos da legislação vigente.

2.10.29. A empresa participante deverá observar a vedação à intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado, nos termos do art. 48, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, não contendo exigências que impliquem ingerência na organização interna da empresa vencedora.

**2.11. Da obrigação da contratante:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 23.2. ao 23.2.5. do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

#### **2.11.1. Da Contratante:**

2.11.2. A Contratante deve fiscalizar todo o processo de execução, assegurando que o objeto da contratação seja fornecido em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

2.11.3. A Contratante deve proporcionar à empresa contratada todas as facilidades necessárias para que esta cumpra suas obrigações, em conformidade com as normas e condições



contratuais estabelecidas;

2.11.4. A Contratante deve aplicar à empresa contratada as sanções administrativas e contratuais cabíveis, informando ao órgão gerenciador das licitações, quando necessário;

2.11.5. A Contratante tem o direito de rejeitar, total ou parcialmente, os materiais ou serviços que não atendam às obrigações assumidas pela empresa contratada;

2.11.6. A Contratante deve receber as Notas Fiscais e verificar se elas estão em conformidade com o objeto contratado, encaminhando-as posteriormente para pagamento, de acordo com as condições legais.

**2.12 Dos critérios de sustentabilidade:** Ficam aquelas estabelecidas no item 19. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

#### **2.12.1. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS MEDIDAS MITIGADORAS**

2.12.2. A execução do objeto desta contratação deve observar rigorosamente as diretrizes de sustentabilidade ambiental em conformidade com o Artigo 225 da Constituição Federal e a Lei nº 14.133/2021;

2.12.3. Entre os possíveis impactos ambientais identificados, destaca-se a geração de resíduos eletroeletrônicos decorrentes da substituição de cabos e conectores antigos, a intervenção no solo do Centro Tecnológico Vandeci Rack necessária para a instalação dos novos postes e a possibilidade de desperdício energético causado pelo Efeito Joule em conexões subdimensionadas ou frouxas;

2.12.4. Como medidas mitigadoras, a contratada deverá realizar a logística reversa de todos os materiais substituídos, encaminhando-os para reciclagem ambientalmente adequada, além de utilizar softwares e sensores de monitoramento (Item 04) para identificar sobreaquecimentos e prevenir o desperdício de energia;

2.12.5. A eficiência tecnológica será garantida pela priorização de luminárias LED e cabos XLPE, enquanto o planejamento da obra será precedido de análise técnica para minimizar danos à vegetação local durante as escavações e a realocação da subestação;

#### **2.13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:**

2.13.1. Considerando as orientações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e a legislação vigente, a empresa contratada deverá observar critérios rigorosos para minimizar os impactos negativos ao meio ambiente durante a prestação dos serviços.

2.13.2. O compromisso com a logística reversa e o descarte correto de componentes elétricos em empresas certificadas é obrigatório, assegurando o tratamento adequado dos resíduos gerados.

2.13.3. A solução técnica prioriza a eficiência energética através do emprego de componentes de alta performance, como luminárias LED de 20.000 lúmens e condutores com isolamento XLPE, que promovem o uso racional dos recursos energéticos durante o evento.

2.13.4. Adicionalmente, as intervenções físicas devem adotar técnicas que reduzam a movimentação de terra e preservem o ecossistema local, enquanto o acompanhamento técnico contínuo garantirá que a rede opere em sua curva de eficiência ideal, reduzindo o desgaste prematuro de equipamentos e consolidando uma gestão pública orientada pela sustentabilidade.

### **3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**3.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis**

**antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:**

3.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: [cogen1.supel@gmail.com](mailto:cogen1.supel@gmail.com);

3.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na **SUPEL**, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

3.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

3.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br), sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – **ICP** – Brasil.

4.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

4.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.**

4.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:**

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

4.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.6.4. Aquele que se enquadre no disposto do art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

4.6.5. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**4.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 16. e subitens do Anexo I - Termo de Referência.**

4.6.7. Fica vedada a participação de empresas constituídas em forma de consórcio, nos termos do Art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021. Esta restrição justifica-se pela necessidade crítica de assegurar a máxima eficiência e a unidade de responsabilidade técnica e administrativa na execução contratual.

4.6.8. A restrição à participação de consórcios justifica-se pela necessidade crítica de assegurar unidade de responsabilidade técnica e administrativa na execução contratual, tendo em vista a elevada complexidade e criticidade dos serviços elétricos a serem prestados durante a realização da Rondônia Rural Show Internacional. O objeto demanda padronização rigorosa de procedimentos, integração plena entre fornecimento de materiais, instalação, manutenção e monitoramento contínuo da rede elétrica, bem como unidade de comando operacional, especialmente no que se refere à supervisão em tempo real e à resposta imediata a ocorrências emergenciais.

4.6.9. Ademais, o evento possui cronogramas de montagem e operação extremamente rígidos, incompatíveis com a gestão compartilhada típica dos consórcios, que pode gerar entraves decisórios, dificuldades de coordenação entre empresas consorciadas e diluição de responsabilidades técnicas. A execução dos serviços requer atuação coordenada, ágil e contínua, sob a responsabilidade integral de uma única empresa, legalmente habilitada, capaz de responder de forma imediata e unificada por eventuais falhas, correções e ajustes necessários, inclusive mediante a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

4.6.10. Dessa forma, a vedação à participação de empresas em consórcio mostra-se técnica e administrativamente justificada, não configurando restrição indevida à competitividade, mas medida necessária para garantir a eficiência, a segurança, a continuidade do serviço e o pleno atendimento ao interesse público, em consonância com os princípios que regem a administração pública e com a legislação vigente.

4.6.11. **Da subcontratação:** Ficam aquelas estabelecidas no [item 14. e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

4.6.12. Fica vedada a subcontratação da execução dos serviços principais de engenharia elétrica.

4.6.13. Esta restrição justifica-se pela complexidade técnica da rede de média tensão (2.250 kVA) e pela necessidade de garantir a segurança operacional, a integridade física dos participantes e a unidade de responsabilidade técnica durante incidentes ou sobrecargas durante a 13ª Rondônia Rural Show Internacional. Eventuais serviços acessórios de natureza civil ou logística poderão ser subcontratados, desde que previamente autorizados pela Administração e respeitados os limites do Art. 122 da Lei 14.133/21.

## **5. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

5.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

5.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

5.2.1. Declaração, em campo próprio, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º](#)

[14.133, de 2021](#);

5.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma **LC 123/06**.

5.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

## **6. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

6.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

6.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, com os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

6.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

6.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema **COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com os itens 10.15. ao 10.15.2. do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, que somente será pública após a fase de lances.

6.7.1. A proposta deverá possuir validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da licitação. É vedada a apresentação de quantitativos inferiores ou a oferta de especificações técnicas divergentes daquelas estabelecidas no Termo de Referência, obrigando-se o licitante aos limites e padrões de qualidade nela fixados, nos termos do Art. 82, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

6.7.2. A Administração poderá, a qualquer tempo durante o certame, realizar diligências destinadas a esclarecer, complementar ou confirmar dados e informações apresentadas pelos licitantes, fundamentando-se no Art. 147 da Lei nº 14.133/2021. Tais diligências podem incluir a solicitação de documentos complementares, memoriais descritivos, fotografias detalhadas dos materiais ou a realização de vistoria técnica in loco nas instalações do licitante para conformidade do objeto e a seleção da proposta mais vantajosa.

## **7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE**

## DESEMPATE

7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:**

*a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);*

*b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).*

7.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO, conforme item 10.12. do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

7.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, **CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.**

**7.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:**

**a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;**

**b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;**

**c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;**

**d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.**

7.10. Persistindo o empate, será realizado **SORTEIO ELETRÔNICO** através do sistema Compras.gov, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa **SEGES/MGI Nº 79.**

**7.11. Em caso de impossibilidade de utilização do subitem 10.10, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:**

**a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site Sorteador.com.br! (ou outro compatível);**

**b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 7.11;**

**c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência**

classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

7.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

## **8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do **CHAT MENSAGEM** do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

8.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

**8.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.**

**8.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.**

**8.3.1.1. O prazo previsto no subitem 8.3.1 poderá ser prorrogado por igual período, desde que o licitante faça o pedido no sistema antes do prazo final**

**8.3.1.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 8.3.1.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública e/ou quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.**

**8.3.2. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.**

**8.3.3. A PROPOSTA DE PREÇOS** deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante, **SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO**, em caso de descumprimento das exigências.

8.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

8.5. Quando houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao



licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

8.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no item XXX do Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8. **A PROPOSTA DE PREÇOS**, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com os [itens 10.15. ao 10.15.2. do Anexo I - termo de Referência](#).

**8.9. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.9.1. **A SUPEL** solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, para que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

8.9.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 8.9.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

8.9.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da **SUPEL** informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

8.9.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

8.9.4. O procedimento mencionado no item 8.9.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

8.10. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante do documento da proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no para fins de homologação.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - **CAGEFIMP**, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS/CGU** (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - **TCU**.

9.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**9.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.**

9.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do **SICAF** e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – **CAGEFOR** da **SUPEL**, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**9.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais**

no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

9.6 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**9.7. O Pregoeiro, após da aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.**

**9.7.1. O prazo previsto no subitem 9.7 poderá ser prorrogado por igual período, desde que o licitante faça o pedido no sistema antes do prazo final**

**9.7.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 9.7.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública e/ou quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.**

**9.8. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov a documentação exigida e atualizada, nos termos do Edital, sob pena de inabilitação.**

**9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

**9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

***9.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e***

***9.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;***

9.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

9.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

9.11.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 9.11.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.11.3. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 9.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

## **9.12. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;



d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certidão de Regularidade do **FGTS**, relativa à Seguridade Social e ao **FGTS**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

### **9.13. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – **MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - **CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – **DAP** ou **DAP- P** válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do **INSS** – **CEI**, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa **RFB** nº 2110, de 2022.

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.13.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

### **9.14. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

9.14.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos nos itens 21.2. ao 21.3.2. do Anexo I deste edital - Termo de Referência.

#### **9.14.2. Qualificação Econômico Financeira:**

a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de **10% (dez por cento)** do valor estimado para o lote no qual estiver participando.

b.1) o caso do licitante classificado em mais de um item, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referenciais;

b.2) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

b.3) as regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

9.14.3. As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

#### **9.14.4. Justificativa da exigência de qualificação Financeira:**

9.14.5. Será exigida a comprovação de patrimônio líquido ou capital social no percentual mínimo de **10% (dez por cento) do valor estimado da contratação**. Esta medida visa assegurar que a empresa vencedora possua solidez financeira para honrar o fornecimento integral dos materiais e a execução dos serviços, minimizando riscos de inadimplência ou interrupções por falta de fluxo de caixa.

9.14.6. De acordo com a **Lei Federal nº 14.133/2021**, a exigência de habilitação financeira protege os interesses da Administração Pública ao garantir que a contratada tenha estrutura suficiente para suportar oscilações de mercado e prazos de pagamento, assegurando a entrega da infraestrutura elétrica dentro do cronograma rigoroso do evento.

### **9.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.15.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos nos itens 21.5. ao 21.8.5. do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

9.15.2. Relativos à Qualificação Técnica-profissional e Técnico-operacional:

#### **9.15.3. Qualificação Técnica-profissional:**

9.15.4. Com base no art. 67, referente a documentação relativa à qualificação técnico-profissional será exigida a apresentação de cadastro ativo da licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), também será necessário apresentar o registro de profissional vinculado a empresa, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes. Essas exigências têm finalidade de garantir que os licitantes possuam qualificação técnica adequada para a execução dos serviços.

#### **9.15.5. Atestado de qualificação técnico-operacional:**

9.15.6. A licitante deverá apresentar atestados de qualificação técnico-operacional que comprovem a execução dos serviços de no mínimo de 30% dos itens de maior relevância técnica em características semelhantes.

9.15.7. A licitante deverá apresentar atestados técnicos que comprovem a execução dos serviços correspondentes ao **LOTE 01**, referentes ao Item 03 – **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA EM REDES DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS**, e ao Item 04 – **MONITORAMENTO DE REDE ELÉTRICA EM TEMPO REAL, COM EQUIPE DE PRONTIDÃO**, bem como ao **LOTE 02**, relativo ao Item 05 – **SUBSTITUIÇÃO DE POSTES E CABOS EM REDE DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO**.

#### **9.16. Justificativa da exigência da qualificação Técnico-operacional:**

9.16.1. A exigência de apresentação de atestado(s) de qualificação técnico-operacional mostra-se necessária e plenamente justificada diante da complexidade, da criticidade e da relevância dos serviços de infraestrutura elétrica a serem executados no Centro Tecnológico Vandeci Rack, no contexto da realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional. Trata-se de contratação que envolve a execução integrada de serviços em redes de média e baixa tensão, subestações, sistemas de aterramento, rede compacta protegida e monitoramento contínuo de carga, demandando elevado grau de especialização

técnica e experiência prática comprovada.

9.16.2. A solicitação de atestados tem por finalidade comprovar que a licitante possui capacidade técnico-operacional compatível com a natureza e o porte do objeto, especialmente no que se refere à instalação, manutenção e operação de sistemas elétricos capazes de atender, de forma segura e contínua, uma carga instalada da ordem de 2.250 kVA. Tal exigência assegura que a empresa detenha expertise prévia na execução de serviços similares, mitigando riscos associados a falhas técnicas, interrupções no fornecimento de energia e situações que possam comprometer a segurança das instalações, dos expositores e do público visitante.

9.16.3. Adicionalmente, a apresentação de experiência anterior comprovada é essencial para demonstrar a aptidão da empresa para lidar com componentes críticos do sistema, tais como a realocação de subestações de 150 kVA, a implantação e manutenção de rede compacta com cabos isolados, bem como a operação de sistemas de supervisão e monitoramento de carga em tempo real, indispensáveis para a detecção precoce de sobrecargas, aquecimentos anormais e outras condições que possam comprometer a estabilidade da rede elétrica durante o evento.

9.16.4. Sob o prisma jurídico-administrativo, a exigência de atestado de qualificação técnico-operacional encontra amparo nos princípios da eficiência, segurança, economicidade e interesse público, ao selecionar fornecedores tecnicamente aptos e reduzir a probabilidade de execuções inadequadas, retrabalhos, aditivos contratuais ou interrupções indesejadas. Ademais, contribui para assegurar que os serviços sejam executados em estrita conformidade com as normas técnicas da ABNT e os padrões da concessionária ENERGISA, garantindo a adequada fiscalização e a entrega de infraestrutura elétrica robusta, segura e compatível com as exigências do evento.

9.16.5. Dessa forma, a exigência ora proposta não configura restrição indevida à competitividade, mas medida proporcional, razoável e necessária para assegurar a correta execução do objeto contratual, a proteção do patrimônio público e a segurança dos usuários do Centro Tecnológico Vandeci Rack.

9.16.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.16.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

## **9.17. DAS DECLARAÇÕES:**

**9.17.1. Será verificado, no sistema eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, se, no momento do cadastramento da proposta inicial, os licitantes declararam o cumprimento das exigências previstas nas disposições legais aplicáveis:**

a) Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos e concordar com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

b) Que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

c) Que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório

d) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das

obrigações objeto da licitação.

g) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

h) Observância aos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento do disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante

i) Cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

j) O licitante organizado em **COOPERATIVA** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.18. Não será necessária a juntada das documentações exigidas diretamente na plataforma Compras.gov.br, em meio eletrônico, juntamente com os demais documentos de habilitação e proposta.

### **9.19. Outras declarações eventualmente exigidas no Anexo I deste edital - Termo de Referência**

9.19.1. As exigências de declaração de cumprimento de reserva de cargos (PCD/Reabilitados) e de que a proposta abrange todos os custos trabalhistas estão em estrita conformidade com o Art. 63, inciso IV e § 1º da Lei nº 14.133/2021.

9.19.2. O Licitante deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. Conforme Art 63, Inciso IV, §1º da Lei 14.133/2021.

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

IV - será exigida do licitante **declaração** de que cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos **para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas**, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.20. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

## **10. DO RECURSO**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de **JULGAMENTO e HABILITAÇÃO**, declarada a empresa **VENCEDORA** do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

10.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas

contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **11. DA HOMOLOGAÇÃO**

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

12.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e **sanções** previstas no item 22. e subitens do Termo de Referência - Anexo ao edital.

13.2. Os direitos e deveres, bem como as respectivas sanções, decorrentes desta contratação serão regulados especificamente pelas disposições do Capítulo I - Das infrações e Sanções Administrativas, respectivamente do art. 155 à 163 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, conforme legislações específicas e citação abaixo:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – dar causa à inexecução total do contrato;

- IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I – advertência;
  - II – multa;
  - III – impedimento de licitar e contratar;
  - IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - II – as peculiaridades do caso concreto;
  - III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no §4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras: I – quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade; II – quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença

será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I – interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II – suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III – suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei. Parágrafo único. (VETADO).

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I – reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II – pagamento da multa;

III – transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais dos incisos I a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/21, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, estará sujeita à aplicação de multa moratória/compensatória, tendo como percentual mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo, de até 30% do valor do contrato, conforme tabela abaixo:

<b>Grau de Gravidade</b>	<b>Descrição da Infração</b>	<b>Percentual da Multa</b>
<b>Leve</b>	Infrações que causam pequenos inconvenientes ou atrasos, sem prejuízo significativo ao contrato ou ao erário.	Até 5% do valor do contrato
<b>Média</b>	Infrações que afetam a qualidade do serviço ou produto entregue, mas sem comprometer a integridade do objeto contratado.	De 5,1% a 10% do valor do contrato
<b>Grave</b>	Infrações que comprometem seriamente a qualidade ou execução do contrato, gerando risco de prejuízo ao erário ou à segurança.	De 10,1% a 20% do valor do contrato
<b>Muito Grave</b>	Infrações que causam dano direto ao erário, à segurança dos envolvidos, ou inviabilizam a execução do contrato.	De 20,1% a 30% do valor do contrato

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO</b>	<b>Grau de Gravidade</b>	<b>MULTA</b>
1.	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico e/ou lesão corporal;	<b>Grave</b>	20%
2.	Permitir situação que cause dano físico e/ou lesão corporal;	<b>Muito grave</b>	30%
3.	Inexecutar totalmente o objeto da licitação, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;	<b>Muito Grave</b>	30%
4.	Interromper, executar/entregar parcialmente e/ou de forma incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, de forma que comprometa a integridade do objeto contratado;	<b>Grave</b>	20%
5.	Interromper, executar/entregar parcialmente e/ou de forma incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, de forma que cause pequenos inconvenientes ou atrasos, sem prejuízo significativo ao contrato ou ao erário;	<b>Leve</b>	2%
6.	Realizar a entrega do objeto da licitação em desacordo com as especificações técnicas contidas no Edital de Licitação;	<b>Grave</b>	20%
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>			
7.	Efetuar o pagamento a rede credenciada/prestadores de serviços, e/ou fornecedores envolvidos na execução do objeto, inclusive seguros, encargos fiscais, sociais e trabalhistas, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato;	<b>Grave</b>	20%
8.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da equipe de Coordenação/Fiscalização;	<b>Grave</b>	15%



9.	Cumprir a execução/entrega do objeto nos prazos estabelecidos no cronograma;	<b>Grave</b>	20%
10.	Disponibilizar os equipamentos, EPIS, e demais instrumentos necessários à perfeita execução do objeto da licitação, considerando legislações e Normas vigentes, necessários à realização dos serviços do escopo do contrato;	<b>Grave</b>	15%
11.	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa/negligência/imperícia, em veículos, equipamentos, pessoas, entre outros;	<b>Grave</b>	20%
12.	Encaminhar nos prazos estabelecidos, Nota Fiscal e/ou documento equivalente, juntamente com demais documentos de habilitação atualizados;	<b>Leve</b>	5%
13.	Substituir funcionário/prestador de serviço que se porte de forma inconveniente/desrespeitosa ou não atenda as exigências técnicas referentes ao objeto do contrato;	<b>Leve</b>	5%
14.	Assinar contrato ou documento equivalente no prazo estabelecido no Termo de Referência;	<b>Grave</b>	20%
15.	Prestar garantia exigida no Termo de Referência;	<b>Grave</b>	20%
16.	Substituir estruturas, equipamentos, itens que compõe o objeto conforme previstos nas obrigações da contratada expressos no Termo de Referência;	<b>Grave</b>	20%
17.	Fiscalizar/controlar/fornecer suporte a rede credenciada/prestadores de serviço/fornecedores, a fim de garantir a execução do objeto	<b>Média</b>	10%

13.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

#### 14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI, conforme estabelecido no item 13.3. do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

##### 14.2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

U.G	PROGRAMA DE TRABALHO	P/A	FONTE DE RECURSO	NATUREZA E SUBELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO
19.001	2003	2023	1.500.0.00001	33.90.39	Prestação de serviço de terceiros

#### 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**15.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.**

15.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/>.

15.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

15.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - **DF**.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

15.10.1. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - **SUPEL** via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

15.11. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

15.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (**PNCP**) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**15.13. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.**

## **16. DOS ANEXOS**

**16.1.** Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**ANEXO I** - Termo de Referência (71543284);

**ANEXO II** - Quadro Estimativo de Preços (71506722);

**ANEXO III** - SAMS (71237721);

***PATRICK MARQUES DE SOUZA***

Membro da 1ª Comissão Genérica - SUPEL-COGEN1

Portaria nº 230 de 17 de setembro de 2025

***ROSEANNA NASCIMENTO ALVES DA SILVA***

Pregoeira da 1ª Comissão Genérica - SUPEL-COGEN1

Portaria nº 230 de 17 de setembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Roseanna Nascimento Alves da Silva**, **Pregoeiro(a)**, em 27/04/2026, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **PATRICK MARQUES DE SOUZA**, **Pregoeiro(a)**, em 27/04/2026, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71284020** e o código CRC **8FD6C265**.

**Referência:** Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0025.003449/2025-16

SEI nº 71284020



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI  
Núcleo de Compras Públicas - SEAGRI-NCP

### TERMO DE REFERÊNCIA

**Unidade Administrativa:** Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI

**Unidade Orçamentária:** Coordenação de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária e Piscicultura - CDAP/SEAGRI

**Unidade Solicitante:** Rondônia Rural Show - RRS

#### 1. **INTRODUÇÃO E BASE LEGAL:**

1.1. O presente Termo de Referência apresenta as informações fundamentais a serem consideradas durante o procedimento licitatório, visando prover a contratação de serviços de terceiros - Pessoa Jurídica, objetos deste, nos termos da legislação pertinente, conforme estabelece o disposto nos artigos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Estadual nº 28.874/24, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia.

1.2. Modalidade de Licitação: pregão eletrônico, conforme art. 6º, inc. XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

1.3. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO (LOTE)**, conforme Art. 33, inciso I da Lei 14.133/2021

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

1.4. Dos Princípios a serem observados: conforme art. 5º da Lei 14.133/2021 eis os princípios a serem observados na sua aplicação:

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

1.5. Com base, ainda, nas experiências anteriores, definimos aqui o conjunto de elementos que nortearão o procedimento, desde a fase que se iniciou, com a solicitação encaminhada através do Documento de Formalização de Demanda - DFD 89 (71076368), Estudo Técnico Preliminar 49 (71058086) e Nota 379 complementar ao TR (71058099), até aos requisitos necessários à prestação dos serviços e posterior pagamento.

2. **OBJETO E OBJETIVO:**
- 2.1. **Do Objeto** - Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de materiais e equipamentos, e prestação de serviços elétricos no Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO.

2.2. **Do Objetivo** - O objetivo da contratação é garantir a segurança, eficiência e continuidade do fornecimento de energia elétrica no Centro Tecnológico Vandeci Rack durante a realização da Rondônia Rural Show Internacional. Com a infraestrutura elétrica adequadamente **mantida e ampliada**, pretende-se atender à alta demanda energética do evento sem interrupções, prevenindo sobrecargas e incidentes que possam comprometer a segurança dos expositores e visitantes. A contratação visa assegurar que as instalações estejam em conformidade com as normas de segurança (ABNT e ENERGISA), por meio de equipe técnica qualificada e do uso de materiais de alta qualidade.

2.3. **Das Especificações Técnicas/Estimada das Quantidades:**

2.4. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida de forma técnica, fundamentada e compatível com as necessidades operacionais do Centro Tecnológico Vandeci Rack, visando assegurar a execução integral e segura dos serviços elétricos necessários à realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional. As quantidades contemplam serviços de manutenção, realocações, fornecimento e instalação de materiais, bem como o monitoramento contínuo da rede elétrica de média e baixa tensão, considerando a capacidade instalada total de 2.250 kVA e a elevada demanda energética prevista para o exercício de 2026.

2.5. De forma objetiva, a estimativa abrange, entre outros elementos essenciais: a realocação de 01 (uma) subestação de 150 kVA; a realocação de 10 (dez) postes de rede de baixa tensão; o fornecimento e instalação de 10 (dez) postes novos de concreto (08 unidades de 11/300 e 02 unidades de 11/600); a implantação e manutenção de rede compacta protegida com condutores XLPE de 35 mm²; a revisão completa das conexões, sistemas de aterramento e transformadores existentes; e a disponibilização de equipe técnica residente e sistema de monitoramento contínuo da rede elétrica durante todo o período do evento.

2.6. O método de levantamento das quantidades baseou-se em critérios técnicos de engenharia aliados a parâmetros administrativos e jurídicos aplicáveis às contratações públicas, buscando assegurar economia de escala, eficiência operacional e mitigação de riscos. Para tanto, foram considerados: levantamento *in loco* das condições atuais da infraestrutura elétrica; análise da capacidade instalada, da demanda contratada e do histórico de consumo energético da unidade; estudo do layout do evento e das expansões físicas previstas para 2026; e a comparação com contratações anteriores e experiências anteriores da própria Administração em eventos de grande porte, cujos valores e quantitativos encontram-se registrados em processos administrativos e quadros comparativos que serviram de suporte técnico à estimativa.

2.7. A memória de cálculo, descrito no item 7.1 deste estudo técnico, consolida esse levantamento ao demonstrar a correlação entre a necessidade operacional, o dimensionamento técnico dos componentes e os serviços estimados. Tal metodologia permitiu obter um orçamento realista e alinhado às condições atuais de mercado, considerando a qualidade dos materiais, a complexidade dos serviços e a capacidade técnica exigida das empresas fornecedoras, de modo a evitar subdimensionamento ou superestimação dos quantitativos.

2.8. Diferentemente de exercícios anteriores, o planejamento para 2026 prioriza a expansão e a modernização da infraestrutura elétrica, bem como a implementação de suporte técnico especializado em regime de prontidão, razão pela qual as quantidades foram definidas com foco na segurança, na confiabilidade do sistema e na prevenção de falhas durante o evento. A compatibilidade entre os componentes técnicos foi rigorosamente analisada, garantindo integração plena entre materiais, equipamentos e serviços, reduzindo riscos operacionais e assegurando a distribuição estável de energia elétrica.

2.9. Dessa forma, a estimativa das quantidades atende aos princípios da transparência, da economicidade e da eficiência, possibilitando a obtenção de economia de escala por meio da contratação integrada e assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de maneira racional, técnica e juridicamente justificada, em conformidade com as normas técnicas vigentes, os padrões da concessionária de energia e o interesse público.

LOTE 01 – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, REALOCAÇÃO DE SUBESTAÇÃO E INSTALAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A REDE ELÉTRICA

Item	Catálogo CAT Mat	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
01	21687	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REVISÃO DE SUBESTAÇÃO DE 150 KVA TRIFÁSICO 13,8 KV/ 220-127 V 60 Hz ESTRUTURA CE3	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE

Item	Catálogo CAT Mat	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
		Realocação de 02 (DOIS) transformador trifásico de 150 kVA (13,8 kV / 220-127 V) em estrutura tipo CE3, incluindo a reavaliação técnica de componentes existentes para reaproveitamento. A contratada é integralmente responsável pelo fornecimento e instalação de cabos, conexões e acessórios necessários para a nova subestação. Deve ser executada malha de aterramento composta por 10 (dez) hastes tipo Copperweld (2.400 mm), interligadas por cabo de aço cobreado (seção 3x9 AWG) e dotadas de caixas de inspeção. A resistência de terra deverá ser mantida abaixo de 10,0 Ohms em qualquer época do ano, sob pena de adequação compulsória da malha pela contratada, garantindo conformidade com os padrões da ENERGISA .		ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)
02	21687	<p><b>SERVIÇO DE REALOCAÇÃO DE POSTE EM REDE DE BAIXA TENSÃO</b></p> <p>O serviço consiste na realocação de 10 (DEZ) postes de energia elétrica com luminária pública, conforme orientações da coordenação do evento. A contratada deverá assumir a responsabilidade total pelo fornecimento de materiais, frete, equipamentos de içamento (caminhão munck), escavação, engastamento e mão de obra especializada . O serviço inclui a reposição de cabos, acessórios e componentes que sofram danos durante a execução, além de vistoria técnica prévia <i>in loco</i> para marcação dos pontos conforme orientações da coordenação . Toda a instalação deve observar rigorosamente as normas técnicas de segurança e os padrões da concessionária ENERGISA .</p>	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)
03	21687	<p><b>SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS</b></p> <p><b>1 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DAS CONEXÕES DA REDE DE MÉDIA TENSÃO:</b> A contratada deverá realizar a revisão e manutenção preventiva e corretiva das conexões e cabos integrantes das redes de média e baixa tensão. O escopo dos serviços compreende, obrigatoriamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Inspeção e Ajuste Técnico:</b> Realização de inspeção detalhada e ajuste de todas as conexões para prevenir falhas ou interrupções causadas por superaquecimento decorrente da alta demanda de energia durante o evento.</li> <li>• <b>Manutenção de Transformadores:</b> Execução do reaperto técnico de todos os <b>conectores perfurantes</b> em todos os transformadores instalados na unidade.</li> <li>• <b>Sistemas de Aterramento:</b> Revisão técnica integral de todos os <b>sistemas de aterramento</b> da rede, garantindo a continuidade elétrica e a segurança das instalações.</li> <li>• <b>Responsabilidade Integral:</b> Todo o fornecimento de equipamentos, ferramentas, instrumentos de medição e mão de obra necessária será de responsabilidade exclusiva da contratada.</li> <li>• <b>Comprovação Técnica:</b> Ao término das atividades, a contratada deverá apresentar relatório fotográfico detalhado e laudo técnico dos serviços executados, ambos emitidos por um engenheiro eletricista e acompanhados da respectiva <b>ART (Anotação de Responsabilidade Técnica)</b> devidamente paga.</li> </ul> <p><b>2 - LISTA DE MATERIAIS E INSUMOS</b></p> <p><b>POSTES E ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>08 UNIDADES - POSTE DE CONCRETO 11/300:</b> Poste de concreto armado seção circular ou duplo T, com 11 metros de altura e carga nominal de 300 daN, para uso em redes de distribuição urbana/rural.</li> <li>• <b>02 UNIDADES - POSTE DE CONCRETO 11/600:</b> Poste de concreto armado com 11 metros de altura e carga reforçada de 600 daN, indicado para estruturas de fim de linha ou ancoragem.</li> <li>• <b>06 UNIDADES - BRAÇO TIPO L (C1A):</b> Braço metálico galvanizado a fogo para sustentação de luminárias e acessórios em postes de concreto.</li> </ul>	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO COM EMPREGO DE MATERIAIS)

Item	Catálogo CAT Mat	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>02 UNIDADES - BRAÇO TIPO C:</b> Suporte metálico galvanizado para fixação de condutores e isoladores.</li> <li>• <b>04 UNIDADES - PERFIL TIPO U (CE3):</b> Perfil de aço galvanizado utilizado em estruturas de subestação e montagem de transformadores em poste</li> <li>• <b>04 UNIDADES - FIXADOR PARA PERFIL U:</b> Acessório metálico para travamento e fixação do perfil "U" na estrutura do poste.</li> </ul> <p><b>CABOS E CONDUTORES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>1.200 METROS - CABO XLPE 35 MM² (15/25 KV):</b> Cabo de alumínio com isolamento em polietileno reticulado (XLPE), protegido para média tensão, classe 15/25 kV.</li> <li>• <b>600 METROS - CABO ALUMÍNIO QUADRUPLIX 120 MM²:</b> Conductor de alumínio, classe de encordamento 2, isolamento XLPE 90 graus, tensão 1kV, composto por 3 veias coloridas (Preto/Cinza/Vermelha) e 1 neutro nu.</li> <li>• <b>400 METROS - CABO DE AÇO GALVANIZADO 6.4 MM:</b> Cabo de aço de alta resistência para uso como mensageiro em redes compactas ou estaiamento.</li> <li>• <b>100 METROS - CABO DE ATERRAMENTO 50 MM²:</b> Conductor de cobre nu, têmpera meio-dura, para execução de malha de terra e descidas de para-raios.</li> <li>• <b>20 METROS - CABO DE COBRE FLEXÍVEL 120 MM²:</b> Isolação em composto termofixo HEPR (90°C), tensão nominal 0,6/1kV, conforme NBR 7286.</li> </ul> <p><b>CONEXÕES E PROTEÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>200 UNIDADES - CONECTOR PERFURANTE 120/120 MM:</b> Conector tipo CDP com revestimento metálico, para conexão por perfuração de isolamento em cabos de 16 a 120mm² .</li> <li>• <b>40 UNIDADES - CONECTOR PARALELO:</b> Conector de alumínio para derivações em redes de baixa tensão.</li> <li>• <b>40 UNIDADES - TERMINAL DE COBRE A COMPRESSÃO 120 MM:</b> Cobre eletrolítico com acabamento estanhado, diâmetro do furo 10,5mm (M10), conforme NBR-5370 .</li> <li>• <b>12 UNIDADES - ELO FUSÍVEL 6A / 12 UNIDADES - 8A / 12 UNIDADES - 15A:</b> Fabricados conforme NBR 7282, curva tipo K, cabeça fixa, para chaves de distribuição até 36,2kV.</li> </ul> <p><b>ACESSÓRIOS DE REDE COMPACTA (PROTEGIDA):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>55 UNIDADES - REPASSADOR LOSANGULAR (ESPAÇADOR):</b> Fabricado em polietileno de alta densidade, resistente a trilhamento elétrico, para manutenção do espaçamento entre fases.</li> <li>• <b>24 UNIDADES - BASTÃO POLIMÉRICO COMPLETO:</b> Isolador de ancoragem composto por núcleo de fibra de vidro e saias de silicone, para isolamento de média tensão.</li> <li>• <b>10 UNIDADES - ISOLADOR RYTOP E 10 PINOS:</b> Isolador de topo para rede compacta com pino de fixação em aço galvanizado.</li> </ul> <p><b>MISCELÂNEA E FIXAÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>40 UNIDADES - PARAFUSO 16/250:</b> Parafuso cabeça quadrada tipo máquina, 16x250mm, em aço galvanizado com porca.</li> <li>• <b>10 UNIDADES - HASTE DE ATERRAMENTO (2.40M):</b> Haste cobreada tipo Copperweld com 2400 mm de comprimento e camada de cobre de alta espessura.</li> </ul>		

Item	Catálogo CAT Mat	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
		<ul style="list-style-type: none"> <li><b>10 UNIDADES - CONECTOR GRAMPO ATERRAMENTO:</b> Grampo de fixação mecânica para conexão entre cabo e haste de aterramento.</li> <li><b>24 UNIDADES - GRAMPO DE ANCORAGEM 50 MM:</b> Para encabeçamento e ancoragem de cabos multiplexados.</li> <li><b>08 UNIDADES - ALÇA PREFORMADA 6.4 MM:</b> Alça de aço galvanizado para terminação de cabos de aço e estais.</li> </ul>		
04	21687	<p><b>SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE REDE ELÉTRICA EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO</b></p> <p>A empresa contratada deverá prestar serviço contínuo de monitoramento da rede elétrica durante todo o período do evento, incluindo medições de consumo, verificação de sobreaquecimento e análises de desempenho da rede. Para isso, deverá instalar e operar um sistema de monitoramento capaz de identificar possíveis superaquecimentos na infraestrutura da rede elétrica, apresentando relatórios detalhados ao final. Será também necessário disponibilizar uma equipe de prontidão composta por 1 (um) engenheiro eletricista, 1 (um) eletricista e 2 (dois) auxiliares, garantindo atendimento imediato e solução ágil de ocorrências durante o evento.</p> <p>Todo o fornecimento de equipamentos, como software de monitoramento em tempo real, sensores de temperatura, medidores de consumo, EPIs e ferramentas necessárias, será de responsabilidade da contratada. Ao término do evento, a empresa deverá apresentar um relatório técnico detalhado e um laudo técnico dos serviços realizados, ambos emitidos por um engenheiro eletricista, acompanhados da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitida pelo conselho competente.</p> <p><b>NOTA:</b> O Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização do evento, conta atualmente com 14 transformadores trifásicos instalados, totalizando uma potência instalada de 2.250 kVA. A demanda contratada, conforme a carga disponibilizada pela Energisa para a unidade consumidora, é de 1.800 kW.</p>	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)

Catálogo de Materiais – CATMAT (<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>) - conforme Art. 19, II, § 2º e art. 40, § 1º, I da Lei 14.133/2021.

\*Não foi identificado no Catálogo de Materiais – CATMAT objeto idêntico ao da descrição, por esse motivo foi aplicado o código do objeto mais similar.

#### LOTE 02 – SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E INTERVENÇÃO EM INSTALAÇÕES DE REDE ELÉTRICA

Item	Catálogo CAT Mat	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
05	21687	<p><b>SUBSTITUIÇÃO DE POSTES CABOS EM REDE DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO</b></p> <p>Execução de serviços eventuais de substituição de cabos elétricos em redes de média e baixa tensão, compreendendo o fornecimento, remoção e destinação adequada de cabos danificados, lançamento, tracionamento e fixação de novos condutores, substituição eventual de postes danificados ou tecnicamente inadequados, incluindo retirada do poste existente, fornecimento e instalação de novo poste compatível com as cargas e esforços solicitantes, recomposição das estruturas e realocação dos circuitos, adequação de terminais, reaperto de conexões, realização de testes de continuidade e isolamento, bem como energização assistida, quando aplicável. <b>Todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessários à execução do serviço são de inteira responsabilidade da contratada.</b></p>	SERVIÇO	05 SERVIÇO (COMPLETO COM EMPREGO DE MATERIAIS)
06	21687	<p><b>RELIGAÇÃO DE CHAVE FUSÍVEL EM TRANSFORMADOR TRIFÁSICO</b></p> <p>Execução de religação de chave fusível em transformador trifásico com potências nominais de 112,5 kVA, 150 kVA e 300 kVA, tensão primária de 13,8 kV e tensão secundária de 220/127 V, incluindo inspeção técnica, fornecimento e substituição de elos fusíveis quando necessário, verificação das condições operacionais, ajustes, testes e energização assistida. <b>Todos os materiais,</b></p>	SERVIÇO	05 SERVIÇO (COMPLETO COM EMPREGO DE MATERIAIS)



Item	Catálogo CAT Mat	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
		<b>equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessários à execução do serviço são de inteira responsabilidade da contratada.</b>		
07	21687	<b>LIGAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>  Execução de serviços de ligação, adequação e regularização de instalações elétricas em média e baixa tensão, incluindo quadros de distribuição, ramais, dispositivos de proteção, conexões, ajustes técnicos e testes funcionais necessários ao pleno restabelecimento da segurança e funcionalidade do sistema elétrico. <b>Todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessários à execução do serviço são de inteira responsabilidade da contratada.</b>	SERVIÇO	05 SERVIÇO (COMPLETO COM EMPREGO DE MATERIAIS)

Catálogo de Materiais – CATMAT (<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>) - conforme Art. 19, II, § 2º e art. 40, § 1º, I da Lei 14.133/2021.

\*Não foi identificado no Catálogo de Materiais – CATMAT objeto idêntico ao da descrição, por esse motivo foi aplicado o código do objeto mais similar.

### 3. **DA GARANTIA E ASSISTENCIA TECNICA DO SERVIÇO:**

3.1. Não será exigida garantia de execução, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a natureza do objeto, o prazo de execução e a forma de pagamento não justificam a imposição de garantia, não havendo risco relevante que comprometa a adequada execução contratual.

3.2. Independentemente da exigência de garantia contratual, a CONTRATADA deverá assegurar a qualidade dos serviços executados, responsabilizando-se pela correção de quaisquer falhas, vícios ou defeitos identificados, sem ônus adicional para a Administração, durante todo o período de execução contratual e até o recebimento definitivo do objeto.

3.3. Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA responderá pela solidez e segurança dos serviços executados, bem como pelos vícios ocultos, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, devendo promover, às suas expensas, as correções necessárias sempre que constatadas falhas decorrentes de execução inadequada, emprego de materiais impróprios ou descumprimento das normas técnicas aplicáveis.

3.4. A assistência técnica deverá ser prestada sempre que necessário, mediante solicitação da Administração, especialmente durante o período de realização do evento, devendo a CONTRATADA garantir atendimento imediato para correção de falhas, interrupções ou inadequações no sistema elétrico.

3.5. A responsabilidade da CONTRATADA abrange integralmente os serviços executados, incluindo fornecimento de materiais, instalação, testes, funcionamento e desempenho da infraestrutura elétrica, devendo assegurar a plena operacionalidade do sistema durante o período contratual.

### 4. **AMOSTRAS:**

4.1. Não há exigência para a entrega de amostras.

### 5. **DAS JUSTIFICATIVAS DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

5.1. A Rondônia Rural Show Internacional é um evento de grande magnitude que atrai participantes, expositores e visitantes de diversas partes do país e do mundo. Um evento desse porte exige uma infraestrutura robusta, segura e funcional, capaz de atender às diversas demandas operacionais e logísticas, assegurando a realização adequada de todas as atividades programadas.

#### 5.1.1. **Da Justificativa Geral**

5.1.1.1. A contratação de empresa especializada em serviços elétricos para atendimento ao Centro Tecnológico Vandeci Rack mostra-se imprescindível para garantir a segurança, a confiabilidade e o pleno funcionamento da infraestrutura elétrica durante a realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional, evento de reconhecida relevância econômica e institucional para o Estado de Rondônia.

5.1.1.2. O aumento expressivo da demanda energética, aliado à complexidade das instalações temporárias e permanentes do evento, requer acompanhamento técnico contínuo, manutenção preventiva, adequações estruturais e suporte operacional especializado, a fim de mitigar riscos de falhas, interrupções no fornecimento de energia e acidentes que possam comprometer a segurança dos usuários e o regular andamento das atividades.

5.1.1.3. A execução dos serviços por empresa devidamente habilitada assegura que todas as instalações elétricas estejam em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente aquelas relativas à segurança, eficiência energética e confiabilidade operacional, garantindo suporte adequado a uma estrutura temporária de grande porte e elevado impacto.

#### 5.1.2. **Do Interesse Público da Despesa**

5.1.2.1. A despesa decorrente desta contratação encontra respaldo no interesse público, tendo em vista que a Rondônia Rural Show Internacional constitui-se como o maior evento de agronegócio do Estado, promovendo o desenvolvimento econômico regional, fomentando parcerias comerciais, atraindo investimentos e fortalecendo a cadeia produtiva do setor agropecuário.

5.1.2.2. A disponibilidade de uma infraestrutura elétrica segura, estável e dimensionada de forma adequada é condição essencial para o sucesso do evento, assegurando ambiente confiável para expositores, visitantes, parceiros institucionais e organizadores, além de evitar prejuízos operacionais e financeiros decorrentes de eventuais falhas no fornecimento de energia.

5.1.2.3. Ao investir em uma infraestrutura elétrica de qualidade, a Administração Pública promove o desenvolvimento econômico regional, garante a realização de evento de interesse coletivo e fortalece a imagem institucional do Estado de Rondônia como polo de inovação, tecnologia e negócios voltados ao setor agrícola.

### 6. **MEMÓRIA DE CÁLCULO:**

6.1. A metodologia adotada para a definição das quantidades foi estruturada com base em critérios técnicos de engenharia elétrica, devidamente consolidados por meio de análise quantitativa e qualitativa da demanda energética, bem como em fundamentos jurídico-administrativos aplicáveis às contratações públicas, nos termos do art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. A estimativa foi desenvolvida a partir da correlação entre a capacidade instalada existente, a demanda contratada, o histórico de consumo da unidade e a projeção de cargas adicionais decorrentes da ampliação estrutural da 13ª Rondônia Rural Show Internacional, permitindo o dimensionamento técnico dos componentes do sistema elétrico com base em critérios de carga, simultaneidade, fator de demanda e condições operacionais da rede.

6.2. No que se refere à base de cálculo, considerou-se a potência instalada total de 2.250 kVA distribuída em 14 transformadores trifásicos, associada à demanda contratada de 1.800 kW, sendo realizada análise de compatibilidade entre carga disponível e carga projetada para o evento, incluindo margens de segurança operacional. O dimensionamento dos condutores, equipamentos e intervenções foi fundamentado em critérios técnicos de ampacidade, queda de tensão admissível, capacidade de suporte mecânico das estruturas e requisitos de confiabilidade do sistema, especialmente em regime de operação contínua e com elevada variabilidade de carga.

#### 6.2.1. **Dos quantitativos e serviços:**

##### 6.2.1.1. **LOTE 01**

- **Item 01 – Manutenção e Revisão de Subestação de 150 kVA (Estrutura CE3):** O quantitativo previsto decorre da necessidade de redistribuição de carga no sistema elétrico, considerando a implantação de nova unidade consumidora (Pavilhão da Piscicultura), cuja estimativa de demanda foi obtida a partir da carga instalada prevista no projeto arquitetônico e respectivos equipamentos. A definição de realocação de 01 (um) transformador de 150 kVA fundamenta-se na compatibilização entre a carga estimada e a capacidade nominal do equipamento, observando fator de carregamento adequado e margem de segurança. A malha de aterramento foi dimensionada com base em critérios de resistividade do solo e dispersão de corrente, sendo adotado o quantitativo de 10 hastes para garantir resistência inferior a 10 Ohms, conforme parâmetros normativos e exigências da concessionária, assegurando proteção contra surtos e falhas elétricas.
- **Item 02 – Realocação de Postes em Rede de Baixa Tensão:** O quantitativo de 10 (dez) postes foi definido a partir da análise do novo layout do evento, considerando a redistribuição dos pontos de consumo e iluminação pública. A estimativa resulta da correlação entre o espaçamento técnico médio entre postes (conforme padrão de redes de distribuição), a extensão dos trechos a serem reconfigurados e a necessidade de manutenção da uniformidade da iluminação e da estabilidade mecânica da rede. A definição contempla ainda a reposição de estruturas eventualmente comprometidas, garantindo continuidade operacional e atendimento aos padrões técnicos da concessionária.
- **Item 03 – Manutenção da Rede Elétrica e Fornecimento de Materiais:** O dimensionamento dos quantitativos de materiais e serviços baseou-se na extensão total estimada da rede, na quantidade de transformadores existentes e no aumento da carga projetada para o evento. A definição dos 1.200 metros de cabos XLPE, bem como dos condutores de alumínio e acessórios, decorre da necessidade de expansão e reforço da rede, considerando critérios de capacidade de condução de

corrente, distância entre pontos de consumo e redução de perdas elétricas. A quantidade de conectores, isoladores, estruturas e dispositivos de proteção foi estimada proporcionalmente aos pontos de derivação, ancoragem e interligação da rede, assegurando integridade elétrica e confiabilidade do sistema.

- **Item 04 – Monitoramento da Rede Elétrica em Média e Baixa Tensão:** A previsão deste serviço fundamenta-se na criticidade operacional do sistema durante o evento, caracterizado por regime de carga variável e elevada concentração de consumo. O dimensionamento da equipe técnica e dos sistemas de monitoramento foi definido com base no número de transformadores, na extensão da rede e na necessidade de resposta imediata a ocorrências, adotando-se como parâmetro o tempo máximo de intervenção e a continuidade do fornecimento de energia. A solução proposta visa garantir controle em tempo real das condições operacionais, prevenindo falhas por sobrecarga ou aquecimento.

#### 6.2.1.2. LOTE 02

- **Substituição de postes e cabos em rede de média e baixa tensão:** A previsão deste item considera a extensão da rede elétrica existente no complexo, o grau de exposição das estruturas a intempéries, esforços mecânicos e sobrecargas temporárias típicas de eventos de grande porte, bem como o histórico de ocorrências de avarias em postes, condutores e conexões. Cada intervenção caracteriza-se como serviço completo, englobando, quando necessário, a substituição de postes danificados ou tecnicamente inadequados, o fornecimento e a substituição de cabos elétricos, a recomposição das estruturas, a realocação dos circuitos, a adequação de terminais, a realização de testes de continuidade e isolamento e a energização assistida, com emprego integral de materiais, equipamentos e mão de obra sob responsabilidade exclusiva da contratada.
- **Religação de chave fusível em transformador trifásico:** A inclusão deste item fundamenta-se na necessidade de resposta imediata a atuações de proteção em transformadores trifásicos com potências de 112,5 kVA, 150 kVA e 300 kVA, em razão da variabilidade de cargas e do regime intensivo de operação durante o evento. O serviço compreende a inspeção técnica, a substituição de elos fusíveis quando necessário, os ajustes operacionais, a execução de testes e a energização assistida, configurando-se como serviço completo, com fornecimento total de materiais, equipamentos e mão de obra de responsabilidade da contratada.
- **Ligação e regularização de instalações elétricas:** Este item contempla as intervenções necessárias para ligação, adequação e regularização de instalações elétricas em média e baixa tensão, incluindo quadros de distribuição, ramais, dispositivos de proteção, conexões e ajustes técnicos, decorrentes de remanejamentos de carga, inclusão de novos pontos de consumo ou correção de não conformidades identificadas durante a operação. Cada intervenção caracteriza-se como serviço completo, abrangendo testes funcionais e o restabelecimento das condições de segurança e operação, com responsabilidade integral da contratada quanto ao fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra.

6.3. Os quantitativos previstos para os serviços eventuais foram definidos com base em análise probabilística de ocorrências, considerando histórico de falhas em eventos anteriores, exposição das estruturas a esforços mecânicos e variabilidade das condições operacionais. A previsão de 05 intervenções por item representa quantitativo estimado suficiente para atendimento de demandas corretivas, sem comprometer a economicidade da contratação, sendo cada unidade caracterizada como serviço completo, com fornecimento integral de materiais e mão de obra.

6.4. Dessa forma, a memória de cálculo passa a evidenciar, de forma clara e rastreável, os parâmetros técnicos adotados, os critérios de dimensionamento e a correlação entre demanda e quantitativos, afastando o caráter meramente descritivo anteriormente apontado e conferindo robustez técnica ao planejamento da contratação, em conformidade com os princípios da motivação, eficiência, economicidade e interesse público.

### 7. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

7.1. Para assegurar a precisão da estimativa, considerou-se o custo médio praticado no mercado, com os devidos ajustes decorrentes das particularidades dos serviços, tais como a necessidade de monitoramento contínuo, a manutenção de equipe técnica em regime de prontidão e a garantia de compatibilidade entre os equipamentos empregados. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em múltiplas fontes de pesquisa, contemplando, além de processos administrativos anteriores, a realização de consultas diretas a fornecedores e prestadores de serviços especializados no segmento elétrico, tendo em vista a especificidade técnica do objeto. Registra-se que, em razão das características singulares da contratação, notadamente a integração entre fornecimento de materiais, execução de serviços em rede energizada, monitoramento contínuo e suporte técnico em regime de prontidão durante evento de grande porte, não foram identificadas, em bancos públicos de preços, painéis referenciais ou sistemas oficiais (tais como Painel de Preços do Governo Federal), cestas de preços compostas por objetos integralmente equivalentes ou comparáveis em nível de detalhamento técnico.

7.2. Dessa forma, a Administração procedeu à pesquisa de preços diretamente com potenciais fornecedores e prestadores de serviços do ramo, com base em especificações técnicas compatíveis com o objeto pretendido, complementando-se a análise com dados provenientes de contratações anteriores de natureza semelhante, devidamente ajustados à realidade atual da demanda. Inicialmente, procedeu-se ao levantamento dos preços unitários dos principais itens e serviços demandados, incluindo o monitoramento da rede de média tensão, a manutenção das conexões, a realocação de transformadores e postes, o fornecimento de cabos de maior seção nominal, luminárias e demais componentes de conexão, conforme detalhado no quadro a seguir.

LOTE	Fonte	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	R\$ Valor da contratação
01	SEI 0025.000188/2025-74 <b>Quadro Comparativo</b> (0057512152)	SERVIÇOS DE MONITORAMENTO, REALOCAÇÃO DE SUBESTAÇÃO E INSTALAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A MANUTENÇÃO DA REDE ELÉTRICA.	SERVIÇO	01	R\$ 492.757,16
02	SEI 0025.000188/2025-74 <b>Proposta Técnica</b> (0060922476)	SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E INTERVENÇÃO EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	SERVIÇO	01	R\$ 90.000,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 582.757,16 (quinhentos e oitenta e dois mil setecentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos)</b>					

7.3. A estimativa do valor da contratação foi elaborada a partir de critérios técnicos das contratações anteriores, administrativos e jurídicos, considerando a complexidade e a criticidade dos serviços especializados em redes de média e baixa tensão, indispensáveis para garantir a reserva operacional, a continuidade e a segurança do sistema elétrico durante a realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional. O cálculo da estimativa levou em conta o escopo integral dos serviços previstos, abrangendo manutenção, realocações, fornecimento de materiais, adequações estruturais e monitoramento contínuo da rede elétrica, compatibilizados com a capacidade instalada e com a demanda contratada da unidade, de modo a assegurar o pleno atendimento às necessidades dos expositores, equipes técnicas e visitantes.

7.4. No âmbito administrativo, a composição do valor estimado fundamentou-se no Quadro Comparativo e na Proposta Técnica constantes do Processo SEI nº 0025.000188/2025-74 (0057512152, 0060922476), bem como nas cotações obtidas junto a fornecedores do setor, as quais foram analisadas de forma crítica e comparativa. Ressalta-se que os valores históricos foram utilizados como referência subsidiária, não constituindo o único parâmetro de formação de preços. A adoção de percentual adicional uniforme foi substituída por análise técnica dos custos efetivos, considerando variáveis como ampliação da carga instalada, aumento da complexidade operacional, necessidade de suporte contínuo e condições atuais de mercado.

7.5. A memória de cálculo da estimativa encontra-se devidamente consolidada nos autos, contemplando a composição dos preços unitários referenciais, os quantitativos estimados e os documentos que lhe dão suporte, incluindo propostas comerciais, quadros comparativos e registros de contratações anteriores, em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Informamos ainda que o valor inicialmente indicado na tabela acima tem caráter meramente referencial e preliminar, servindo como ponto de partida para a realização da pesquisa de preços, não refletindo, necessariamente, a realidade atual do mercado. Trata-se, portanto, de uma estimativa inicial, elaborada com base em informações disponíveis à época de sua confecção.

7.7. Dessa forma, o valor apurado no Quadro Comparativo (71506722), correspondente ao montante de R\$ 641.804,94 (seiscentos e quarenta e um mil, oitocentos e quatro reais e noventa e quatro centavos), deve ser considerado o mais fidedigno para fins de instrução processual e tomada de decisão, porquanto reflete, com maior precisão, a realidade mercadológica vigente, mitigando, assim, os riscos de inexequibilidade e de eventual insucesso na futura contratação.

## 8. **LEVANTAMENTO DE MERCADO:**

8.1. O presente levantamento de mercado tem por finalidade identificar, analisar e comparar as alternativas disponíveis no mercado aptas a atender às necessidades da Administração Pública no que se refere à execução dos serviços elétricos necessários ao Centro Tecnológico Vandeci Rack, durante a realização da Rondônia Rural Show Internacional, em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. A análise foi conduzida com base em critérios técnicos, econômicos e operacionais, visando não apenas a identificação das possíveis soluções existentes, mas, sobretudo, a avaliação comparativa objetiva entre elas, de modo a evidenciar a alternativa que melhor atende ao interesse público sob os aspectos da eficiência, economicidade, segurança operacional e viabilidade de execução. Para tanto, foram considerados parâmetros como: custo global da solução (incluindo custos diretos e indiretos), grau de complexidade técnica envolvida, necessidade de mobilização de recursos próprios da Administração, nível de especialização exigido, riscos operacionais associados, capacidade de resposta a falhas e compatibilidade com a infraestrutura existente.

8.3. Adicionalmente, o levantamento contemplou a análise de práticas adotadas em contratações similares no âmbito da Administração Pública, bem como as condições usuais de fornecimento de bens e prestação de serviços disponíveis no mercado especializado, permitindo a construção de juízo técnico fundamentado acerca das vantagens e limitações de cada modelagem possível.

8.4. Dessa forma, o presente estudo não se limita à descrição das alternativas, mas promove análise comparativa estruturada, com base em critérios objetivos previamente definidos, assegurando a motivação técnica da escolha administrativa e a demonstração da vantajosidade da solução eleita, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e do interesse público.

#### 8.5. **SOLUÇÃO 01 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**

8.5.1. A solução de aquisição de materiais e equipamentos elétricos apresenta como vantagem a redução de custos unitários em contratações futuras, bem como o maior controle patrimonial e qualitativo dos insumos. Sob o aspecto técnico-econômico, verifica-se potencial de economicidade no longo prazo, especialmente em cenários de uso contínuo e recorrente da infraestrutura.

8.5.2. Todavia, a análise comparativa evidencia limitações relevantes para a realidade da presente contratação, uma vez que a Administração não dispõe de equipe técnica permanente compatível com a complexidade do sistema elétrico exigido para o evento, o que implicaria custos adicionais com capacitação, contratação de pessoal especializado e gestão operacional. Ademais, foram considerados os custos indiretos relacionados à armazenagem, depreciação e manutenção dos equipamentos, bem como o risco de obsolescência tecnológica e subutilização dos ativos, especialmente considerando o caráter temporário e sazonal da demanda. Sob a ótica da eficiência administrativa, tal solução apresenta menor aderência, em razão do elevado custo global do ciclo de vida (Life Cycle Cost – LCC) e da baixa taxa de utilização dos bens fora do período do evento.

#### 8.6. **SOLUÇÃO 02 - LOCAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**

8.6.1. A locação de materiais e equipamentos elétricos configura alternativa que proporciona maior flexibilidade operacional, com redução do investimento inicial e transferência parcial da responsabilidade de manutenção ao fornecedor contratado. Sob o ponto de vista econômico, essa solução apresenta vantagem quanto à não imobilização de capital e à previsibilidade de custos imediatos.

8.6.2. Entretanto, a análise técnica comparativa demonstra que, para sistemas elétricos de média e baixa tensão com elevada complexidade e operação contínua, os custos de locação tendem a se elevar significativamente, sobretudo quando considerados períodos integrais de operação, necessidade de suporte técnico permanente e eventuais substituições emergenciais. Adicionalmente, foram identificados riscos operacionais relevantes, tais como a dependência de disponibilidade imediata de equipamentos no mercado, possíveis incompatibilidades técnicas com a infraestrutura existente e limitação na customização das soluções locadas. Sob a ótica da confiabilidade e continuidade do serviço, esta alternativa apresenta maior exposição a riscos, especialmente em eventos de grande porte que demandam elevada estabilidade do sistema elétrico.

#### 8.7. **SOLUÇÃO 03 - CONTRATAÇÃO, MEDIANTE LICITAÇÃO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA**

8.7.1. As vantagens dessa solução foram analisadas com base em critérios técnicos, operacionais e econômicos, evidenciando maior aderência às necessidades da Administração. Do ponto de vista técnico, destaca-se a garantia de execução por equipe especializada, com capacidade de realizar manutenção preventiva e corretiva, monitoramento contínuo e intervenções emergenciais, assegurando a confiabilidade e estabilidade do sistema elétrico durante todo o evento.

8.7.2. Sob o aspecto econômico, a contratação integrada permite a consolidação de custos em um único instrumento contratual, eliminando despesas indiretas relacionadas à gestão de insumos, manutenção de estoque, capacitação de pessoal e mobilização de recursos próprios. A análise do custo global da solução demonstra maior eficiência, considerando não apenas o custo direto, mas também a mitigação de riscos operacionais e a redução de impactos decorrentes de eventuais falhas no sistema.

8.7.3. Adicionalmente, essa modelagem possibilita a alocação de responsabilidades técnicas à contratada, incluindo fornecimento de materiais, instalação, operação assistida e suporte técnico contínuo, o que resulta em maior previsibilidade de desempenho e melhor controle contratual. Sob a ótica da gestão pública, a solução apresenta maior

conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e segurança operacional.

#### 8.8. **SOLUÇÃO ESCOLHIDA:**

8.8.1. A solução para atender às demandas elétricas do Centro Tecnológico Vandeci Rack durante a Rondônia Rural Show Internacional envolve a **Contratação, mediante licitação, de empresa especializada** com capacidade técnica para fornecer, instalar e manter equipamentos e serviços elétricos que garantam a segurança, confiabilidade e continuidade do fornecimento de energia. Essa solução abrange atividades de monitoramento, manutenção preventiva e corretiva, e realocação de componentes essenciais para o sistema elétrico, visando suportar a alta demanda do evento e reduzir os riscos de falhas.

8.8.2. A contratação atende ao interesse público ao promover um ambiente seguro, eficiente e adequado para a realização de um evento de grande porte e relevância para o Estado de Rondônia. Garante-se, assim, a prevenção de incidentes, a eficiência no uso dos recursos públicos e a satisfação dos expositores e visitantes, valorizando o compromisso da administração pública com a segurança, a continuidade e a sustentabilidade das operações no evento.

#### 9. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

9.1. A solução adotada consiste na **Solução 03 – Contratação de Empresa Especializada**, para o fornecimento e instalação de materiais e equipamentos, bem como a prestação de serviços elétricos em redes de média e baixa tensão no Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO. Tal solução foi definida com vistas assegurar a continuidade, a segurança e a confiabilidade do sistema elétrico durante todo o período do evento, considerando a elevada concentração de cargas, a operação simultânea de estruturas temporárias e permanentes e a necessidade de resposta imediata a eventuais ocorrências.

9.2. A solução contempla, de forma integrada, além do fornecimento e instalação dos sistemas elétricos, a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica contínua e suporte operacional em regime de prontidão, durante todo o período de execução contratual, incluindo a fase preparatória, a realização do evento e eventual período de desmobilização. A contratada deverá ter a disponibilidade de equipe técnica qualificada, devidamente habilitada, para atuação imediata em situações de falha, interrupção ou inadequação do sistema elétrico, garantindo a continuidade do fornecimento de energia e a segurança das instalações.

9.3. Adicionalmente, a solução prevê a obrigatoriedade de assistência técnica especializada, com realização de inspeções periódicas, monitoramento contínuo dos parâmetros operacionais da rede elétrica, emissão de relatórios técnicos e laudos conclusivos, bem como a execução de ajustes, reparos e substituições necessárias ao pleno funcionamento do sistema. Tais atividades deverão ser realizadas em conformidade com as normas técnicas vigentes, os padrões da concessionária de energia e as boas práticas de engenharia elétrica, sendo exigida a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para os serviços executados.

9.4. A escolha do tipo de solução fundamenta-se em critérios técnicos de engenharia elétrica e em análise econômica comparativa, alinhadas aos princípios da eficiência, economicidade, segurança e interesse público, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

#### 9.5. **JUSTIFICATIVA TÉCNICA DO TIPO DE SOLUÇÃO**

9.6. Sob o aspecto técnico, a contratação de empresa especializada é imprescindível diante da complexidade e criticidade do sistema elétrico envolvido, que compreende redes de média e baixa tensão, subestações, transformadores, sistemas de aterramento, rede compacta e monitoramento contínuo. A operação do evento demanda elevada confiabilidade do fornecimento de energia elétrica, com tolerância mínima a falhas, interrupções ou oscilações, uma vez que qualquer ocorrência pode impactar diretamente a segurança de pessoas, a integridade de equipamentos e a continuidade das atividades.

9.7. A solução escolhida assegura a execução integrada dos serviços por profissionais legalmente habilitados, com conhecimento técnico específico, domínio das normas técnicas aplicáveis e dos padrões da concessionária de energia. Ademais, a centralização das responsabilidades em uma única empresa permite maior controle técnico da execução, compatibilização entre fornecimento de materiais e serviços, rastreabilidade das intervenções e atendimento imediato a ocorrências, inclusive com manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica contínua, monitoramento em tempo real e emissão de laudos técnicos com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

#### 9.8. **JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO**

9.9. Do ponto de vista econômico, a contratação de empresa especializada mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração, por possibilitar a contratação por preço global, com custos previamente estimados e compatíveis com os valores praticados no mercado. Essa abordagem reduz significativamente o risco de custos adicionais decorrentes de contratações fragmentadas, aditivos emergenciais ou paralisações causadas por falhas técnicas ou incompatibilidades entre fornecedores distintos.

9.10. A solução adotada também promove ganhos indiretos de economicidade, ao incorporar serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica contínua no escopo contratual, reduzindo a probabilidade de falhas sistêmicas, danos a equipamentos e interrupções no fornecimento de energia, fatores que poderiam gerar despesas extraordinárias ou comprometer a execução do evento. Ademais, o monitoramento contínuo e a atuação preventiva contribuem para a otimização do desempenho do sistema elétrico, prolongando a vida útil dos equipamentos e evitando custos futuros com intervenções corretivas de maior complexidade.

9.11. Dessa forma, a **Solução 03 – Contratação de Empresa Especializada** apresenta-se como tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, atendendo de forma plena aos objetivos da Administração e assegurando a execução segura, eficiente e sustentável do objeto da licitação, com a devida previsão de manutenção e assistência técnica conforme exigido pela legislação vigente.

#### 10. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

10.1. A contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de materiais e equipamentos, bem como para a prestação de serviços elétricos no Centro Tecnológico Vandeci Rack, durante a realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional e da 7ª Rondoleite, tem como requisito essencial o atendimento integral às demandas de infraestrutura elétrica do evento, o qual ocorrerá no período de 25 a 30 de maio de 2026, em Ji-Paraná/RO, caracterizando-se por elevado consumo energético e operação contínua. Para o adequado atendimento da necessidade, a empresa contratada deverá possuir capacidade técnica comprovada para atuar em redes de média e baixa tensão, incluindo fornecimento e instalação de materiais, adequação da rede existente, substituição de condutores, eliminação de pontos críticos de aquecimento, realocação de subestações e expansão da rede elétrica, assegurando a estabilidade, a segurança e a continuidade do fornecimento de energia durante todo o período do evento.

10.2. Os padrões mínimos de qualidade exigidos visam permitir a seleção da proposta mais vantajosa à Administração, devendo a solução apresentada observar rigorosamente as normas técnicas da ABNT, as recomendações da concessionária de energia elétrica, as normas de segurança do trabalho, em especial as NR-10 e NR-35, e as boas práticas da engenharia elétrica. Os materiais a serem empregados deverão ser novos, de procedência idônea e compatíveis com a capacidade instalada do sistema, que compreende aproximadamente 2.225 kVA distribuídos em 14 transformadores trifásicos, incluindo a utilização de cabos XLPE em rede compacta, luminárias públicas, conectores e cabos de alta potência, conforme especificações técnicas previamente definidas. A execução deverá ser coordenada por Engenheiro Eletricista legalmente habilitado, com apoio de eletricitas e auxiliares capacitados, garantindo desempenho adequado, durabilidade e segurança operacional.

10.3. A presente contratação não possui caráter continuado, uma vez que se destina ao atendimento de uma necessidade específica, temporária e vinculada à realização de evento determinado, com prazo certo para início e término. Embora envolva atividades prévias de montagem, acompanhamento durante o evento e ações posteriores de encerramento, o objeto não se enquadra como serviço contínuo, pois não atende a uma necessidade permanente da Administração, mas sim a uma demanda excepcional e periódica, associada à realização da Rondônia Rural Show Internacional.

10.4. Quanto à duração inicial do contrato, esta deverá abranger o período necessário à implantação da infraestrutura elétrica, à operação assistida durante a realização do evento e à finalização dos serviços, incluindo a apresentação de relatórios técnicos, laudos de conformidade e emissão das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART). Assim, a vigência contratual deverá ser compatível com o cronograma físico do evento e suas etapas preparatórias, justificando-se prazo suficiente para garantir a execução completa, segura e adequada do objeto, sem caracterizar prorrogação indevida ou contratação continuada, em consonância com os princípios da eficiência, do planejamento e da segurança jurídica previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### 10.5. **Justificativa para o parcelamento ou não da solução:**

10.5.1. Nos termos do art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto constitui regra geral nas contratações públicas, devendo ser adotado sempre que o objeto for divisível e desde que não resulte em prejuízo à solução pretendida, perda de economia de escala ou comprometimento da eficiência administrativa. A decisão quanto ao parcelamento deve considerar, de forma conjunta, a viabilidade técnica e econômica, a preservação da funcionalidade do sistema, a adequada gestão contratual e o melhor aproveitamento do mercado fornecedor.

10.5.2. No caso em análise, após a realização dos estudos técnicos e administrativos, concluiu-se pela adoção do parcelamento do objeto em 02 (dois) lotes distintos, em razão da natureza diversa, embora complementar, dos serviços a serem contratados, os quais, apesar de integrarem a infraestrutura elétrica do Centro Tecnológico Vandeci Rack, apresentam graus distintos de especialização técnica, lógica de execução e forma de medição, recomendando tratamento contratual segregado, sem prejuízo da solução global pretendida.

10.5.3. O **Lote 01** contempla os serviços estruturantes e contínuos de implantação, adequação e operação da infraestrutura elétrica principal, envolvendo rede de média e baixa tensão, subestações, transformadores, sistemas de aterramento, fornecimento e instalação de materiais, bem como monitoramento permanente de carga elétrica, totalizando capacidade instalada aproximada de 2.250 kVA, distribuída em 14 transformadores. Trata-se de um sistema único, integrado e interdependente, cuja fragmentação interna acarretaria riscos relevantes à estabilidade, segurança operacional e confiabilidade da distribuição de energia, motivo pelo qual este lote foi mantido de forma indivisível.

10.5.4. O **Lote 02**, por sua vez, refere-se à contratação de serviços eventuais e sob demanda de manutenção corretiva, reparação e intervenção em instalações elétricas, abrangendo substituição de cabos, religação de chaves fusíveis em transformadores e ligações elétricas pontuais. Embora tais serviços incidam sobre a mesma infraestrutura física, possuem caráter episódico, imprevisível e operacional, podendo ser executados de forma independente, mediante ordens de serviço, sem interferir na governança técnica, na operação contínua e no monitoramento permanente previstos no Lote 01.

10.5.5. Sob o ponto de vista técnico, a separação em dois lotes preserva a integridade funcional do sistema elétrico principal, ao mesmo tempo em que confere maior flexibilidade operacional à Administração para atendimento de demandas emergenciais ou corretivas, evitando a sobrecarga contratual do lote principal com serviços de natureza distinta. Ademais, a segregação reduz riscos de paralisação contratual e facilita a pronta resposta a ocorrências durante a realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional, evento de elevada criticidade operacional e grande circulação de pessoas.

10.5.6. No aspecto da responsabilidade técnica, a divisão em dois lotes não compromete a segurança do sistema, uma vez que cada lote possuirá escopo claramente definido, com exigência de profissional legalmente habilitado e emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), permitindo a rastreabilidade das intervenções, a correta atribuição de responsabilidades e a fiscalização eficiente por parte da Administração, especialmente pela SEAGRI.

10.5.7. Do ponto de vista econômico e administrativo, o parcelamento em dois lotes não implica perda de economia de escala, uma vez que o Lote 01 concentra os serviços de maior vulto financeiro e complexidade técnica, enquanto o Lote 02 possibilita a contratação de serviços eventuais de forma mais eficiente, evitando custos desnecessários com manutenção permanente de equipes e reduzindo a probabilidade de aditivos contratuais. Ademais, a divisão favorece a competitividade, amplia o acesso de empresas especializadas a cada tipo de serviço e simplifica a gestão contratual.

10.5.8. Diante do exposto, restou demonstrado que o parcelamento do objeto em 02 (dois) lotes é técnica, econômica e administrativamente viável, preservando a funcionalidade do sistema elétrico, a segurança operacional e a vantajosidade da contratação, em conformidade com o art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, por representar a solução mais adequada ao interesse público e às peculiaridades do objeto a ser contratado.

#### 10.6. **Contratações correlatas e/ou interdependentes:**

10.7. Os elementos constantes no Documento de Formalização de Demanda - DFD 89 (71076368) apresentam relação técnica e funcional direta, evidenciando interdependência operacional entre os serviços e fornecimentos que compõem a infraestrutura elétrica do Centro Tecnológico Vandeci Rack. Embora a contratação tenha sido estruturada em mais de um lote, determinados serviços mantêm vínculo técnico indissociável, razão pela qual não se mostra recomendável o parcelamento interno desses escopos, sob pena de comprometer a estabilidade, a segurança e o desempenho do sistema elétrico planejado.

10.8. No âmbito da análise realizada, não foram identificadas contratações correlatas vigentes ou planejadas que possam gerar sobreposição de escopo, duplicidade de objetos ou conflitos de responsabilidade técnica no recinto do evento. A definição dos lotes observou critérios de funcionalidade, especialização técnica e forma de execução, preservando, contudo, a unidade técnica dos serviços que demandam coordenação integrada, como o fornecimento de materiais, as intervenções estruturais na rede e o suporte operacional de monitoramento da rede elétrica com capacidade aproximada de 2.250 kVA. Essa organização evita o fracionamento indevido de atividades interdependentes e assegura a padronização técnica dos materiais empregados, bem como a correta atribuição de responsabilidade técnica mediante emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

10.9. Embora a solução seja autossuficiente no escopo de cada lote, sua plena eficácia pressupõe coordenação técnica com a concessionária local de energia elétrica, especialmente quanto aos procedimentos de desligamento programado e energização final da rede. Verifica-se, ainda, interdependência operacional com outros contratos relacionados à realização do evento, notadamente aqueles referentes à climatização, locação de tendas e instalação de equipamentos, cujos projetos de carga deverão ser previamente validados pela equipe técnica responsável, a fim de evitar desequilíbrios de fase, sobrecargas ou interferências no sistema elétrico. As ações de suporte logístico, segurança institucional e tecnologia da informação permanecem sob responsabilidade direta da Administração, não integrando o objeto desta contratação nem gerando obrigações à futura contratada.



10.10. A presente análise atende ao dever de planejamento estabelecido nos arts. 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021, assegurando coerência entre as diversas frentes de trabalho envolvidas na realização da Rondônia Rural Show. Ao justificar tecnicamente o não parcelamento interno de serviços interdependentes, mesmo em um contexto de contratação por múltiplos lotes, a Administração preserva a eficiência, a economicidade, a segurança operacional e a segurança jurídica indispensáveis ao sucesso institucional do evento.

10.11. **MODALIDADE DA LICITAÇÃO:**

10.11.1. Pregão Eletrônico, conforme art. 6º, inc. XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O artigo 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021 define pregão como a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

10.12. **MODO DE DISPUTA:**

10.12.1. Aberto, conforme art. 56 Inciso I da Lei 14.133/2021.

O art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que, no contexto da fase de lances em processos licitatórios, o modo de disputa poderá ser aberto, onde os licitantes apresentam propostas por meio de lances públicos e sucessivos, ou fechado, com propostas mantidas em sigilo até a divulgação.

10.13. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

10.13.1. Tendo como critério de Julgamento: MENOR PREÇO por LOTE, conforme art. 33, Inciso I da Lei 14.133/2021.

**Art. 33.** O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor técnica ou conteúdo artístico;

IV - técnica e preço;

V - maior lance, no caso de leilão;

VI - maior retorno econômico.

10.13.2. O critério de julgamento adotado para o certame será o de **MENOR PREÇO por LOTE**, conforme o Art. 33, Inciso I da Lei 14.133/2021. A escolha justifica-se pela complexidade técnica e pela interdependência operacional dos serviços elétricos a serem executados no Centro Tecnológico Vandeci Rack, abrangendo o fornecimento de materiais, a instalação de infraestrutura, as manutenções preventivas e a realocação da subestação.

10.13.3. A adoção do julgamento por lote é fundamental devido à indivisibilidade técnica e funcional da infraestrutura elétrica local, que possui capacidade instalada de 2.225 kVA e 14 transformadores trifásicos operando de forma integrada. Como o sistema exige manutenção preventiva rigorosa, instalação de novos postes e a realocação estratégica da subestação de 150 kVA, a fragmentação do objeto entre diferentes fornecedores poderia resultar em falhas de integração, dificuldades na coordenação dos serviços e riscos de sobrecarga na rede.

10.13.4. A contratação unificada assegura a padronização dos materiais, como os cabos XLPE de média tensão e condutores de maior diâmetro, reduzindo riscos de interrupções e garantindo a segurança de expositores e visitantes. Além disso, a centralização contratual otimiza a logística e a gestão administrativa, permitindo que uma única equipe técnica especializada — composta por engenheiro eletricista, eletricista e auxiliares — assuma a responsabilidade integral pela execução técnica.

10.13.5. Sob o aspecto econômico, a escolha pelo lote único favorece a economia de escala e a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública ao simplificar a mobilização de pessoal e o transporte de equipamentos pesados de instalação.

10.13.6. Desta forma, este modelo de contratação garante a eficiência operacional, a continuidade das operações elétricas e a proteção do patrimônio público, em estrita observância aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

10.14. **CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO:**

10.14.1. A presente contratação **não possui caráter continuado**, sendo uma prestação de serviço de empresa especializada para o fornecimento de materiais e execução de serviços elétricos, destinada a atender às demandas sazonais do Centro Tecnológico Vandeci Rack durante a Rondônia Rural Show Internacional. A intervenção é estratégica para a **SEAGRI**, visando garantir a infraestrutura necessária para suportar o elevado consumo energético exclusivo do período do evento.

10.14.2. A contratação tem como objetivo viabilizar a estabilidade do sistema elétrico, compreendendo a manutenção preventiva e corretiva das conexões de média e baixa tensão, além do fornecimento e instalação dos materiais de infraestrutura (postes e rede compacta) necessários para atender aos expositores. Trata-se de uma prestação temporária que abrange as fases de preparação, **execução do monitoramento contínuo durante o evento** e desmobilização. As obrigações se exaurem com o encerramento da feira e a entrega dos relatórios técnicos finais.

10.14.3. Ressalta-se que a execução do objeto está integralmente vinculada à realização da feira, com carga elétrica e escopo técnico definidos para o local em Ji-Paraná/RO. Assim, não há necessidade de vínculo contratual permanente, uma vez que as obrigações se exaurem com a entrega técnica da infraestrutura devidamente testada e a desmobilização das estruturas temporárias após o fim do certame.

10.15. **Das Propostas:**

10.15.1. A proposta deverá possuir validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da licitação. É vedada a apresentação de quantitativos inferiores ou a oferta de especificações técnicas divergentes daquelas estabelecidas no Termo de Referência, obrigando-se o licitante aos limites e padrões de qualidade nela fixados, nos termos do Art. 82, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

10.15.2. A Administração poderá, a qualquer tempo durante o certame, realizar diligências destinadas a esclarecer, complementar ou confirmar dados e informações apresentadas pelos licitantes, fundamentando-se no Art. 147 da Lei nº 14.133/2021. Tais diligências podem incluir a solicitação de documentos complementares, memoriais descritivos, fotografias detalhadas dos materiais ou a realização de vistoria técnica in loco nas instalações do licitante para conformidade do objeto e a seleção da proposta mais vantajosa.

11. **LOCAL, HORÁRIO, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO:**

11.1. **Do Local/Horário da entrega:**

11.1.1. A execução será realizada no Centro Tecnológico Vandeci Rack, localizado no Km 333 da BR-364, a 11 km do município de Ji-Paraná/RO, sentido Presidente Médici, local onde é realizada a Rondônia Rural Show Internacional. A entrega dos itens deverá ocorrer conforme o cronograma previsto no item 13.2. deste documento, no horário das 08h às 18h.

11.2. **Do Cronograma de Entrega/Execução:**

11.2.1. Em relação aos itens mencionados acima, a contratada deverá realizar a instalação, bem como disponibilizar técnicos para auxiliar e sanar quaisquer problemas que possam ocorrer durante todo o evento.

11.2.2. A entrega dos itens, deverão ocorrer conforme cronograma abaixo das 08h às 18h:

Descrição	Início do prazo de execução	Prazo da entrega dos produtos/serviços	Recebimento da Comissão de fiscalização
LOTE 01	Imediato, a partir da data de recebimento, pela empresa contratada, da respectiva Nota de Empenho.	<u>20/05/2026</u>	<u>01 a 31/05/2026</u>
LOTE 02	Imediato, a partir da data de recebimento, pela empresa contratada, da respectiva Nota de Empenho.	A confirmar, de acordo com a demanda da administração	Até 05 (cinco) dias úteis

11.3. **Recebimento Provisório:**

11.3.1. No prazo de 01 (um) dia, para posterior verificação da conformidade dos serviços realizados com as especificações técnicas, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório.

11.4. **Recebimento Definitivo:**

11.4.1. Ocorrerá no prazo máximo de **5 (cinco)** dias úteis após a assinatura do Termo de Recebimento Provisório, condicionado à verificação da conformidade integral dos materiais entregues e serviços executados. Esta etapa será formalizada pela emissão do Termo de Recebimento Definitivo, assinado por ambas as partes.

11.5. **Nota Fiscal:**

11.5.1. As Notas Fiscais, deverão ser emitidas em 2 (duas) vias, devendo conter no corpo da Nota Fiscal, a descrição do objeto, o número do empenho e o número da Conta Bancária para depósito do pagamento. Será emitida em nome da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, CNPJ: 03.682.401/0001- 67. Endereço: Av. Farquar, nº 2986 Bairro Pedrinhas – CEP 76.801-470 – Porto Velho/RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Jamari (posteriormente será informado).

• **Resumo Detalhado do Recebimento:**

ETAPA	PRAZO	RESPONSÁVEL
Início da Entrega/Execução	Imediato, a partir da data de recebimento, pela empresa contratada, da respectiva Nota de Empenho.	Contratada
Recebimento Provisório	No prazo de 01 (um) dia, para posterior verificação da conformidade dos serviços realizados, com as especificações deste, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório.	Comissão de Fiscalização
Recebimento Definitivo	no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Termo de Recebimento Provisório	Comissão de Fiscalização
Liquidação da Despesa	Após Recebimento Definitivo	SEAGRI
Pagamento	Até 15 dias após a liquidação	SEAGRI

12. **DO ACOMPANHAMENTO DA CONTRATAÇÃO:**

12.1. A execução do objeto correspondente ao Lote Único deverá ocorrer em estrita conformidade com as especificações técnicas e cronogramas definidos. A equipe de fiscalização designada será responsável pelo acompanhamento, vistoria e recebimento definitivo, assegurando a conformidade das instalações de rede, do fornecimento de materiais e da **prestação do serviço de monitoramento contínuo**, incluindo a verificação diária da **presença da equipe técnica residente** e a validação dos relatórios de carga e temperatura emitidos pelo software.

12.2. Todo o processo de instalação e manutenção da infraestrutura será conduzido no Centro Tecnológico Vandeci Rack, sob supervisão direta da fiscalização, garantindo que a rede elétrica suporte a alta demanda de forma segura e dentro dos padrões de qualidade exigidos pela **ENERGISA**. Tais medidas evidenciam o compromisso do Governo do Estado de Rondônia em promover a plena funcionalidade e segurança elétrica durante a 13ª Rondônia Rural Show Internacional.

13. **DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:**

13.1. Até a presente data, a Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI) informa que a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços elétricos, com fornecimento de materiais e monitoramento técnico no Centro Tecnológico Vandeci Rack, não está contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC) vigente para o exercício de 2025. Entretanto, esclarecemos que a referida demanda foi devidamente incluída no Plano Anual de Contratações referente ao exercício de 2026, período em que a feira será realizada, encontrando-se em fase de elaboração conforme o Processo nº 0025.002223/2025-90 e a Declaração (0067178590).

13.2. A SEAGRI reafirma seu compromisso com a boa governança e com o aprimoramento contínuo das práticas de planejamento, assegurando que serão adotadas todas as medidas necessárias para a publicação do PAC/2026. O novo plano refletirá de forma fiel as demandas e prioridades institucionais, fortalecendo a transparência e a eficiência nas contratações públicas.

Instrumento	Descrição
PAC	(0064843783)
LOA	Lei nº 5.982

13.3. **PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA:**

U.G	PROGRAMA DE TRABALHO	P/A	FONTE DE RECURSO	NATUREZA E SUBELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO
19.001	2003	2023	1.500.0.00001	33.90.39	Prestação de serviço de terceiros

14. **SUBCONTRATAÇÃO:**

14.1. Fica vedada a subcontratação da execução dos serviços principais de engenharia elétrica.

14.2. Esta restrição justifica-se pela complexidade técnica da rede de média tensão (2.250 kVA) e pela necessidade de garantir a segurança operacional, a integridade física dos participantes e a unidade de responsabilidade técnica durante incidentes ou sobrecargas durante a 13ª Rondônia Rural Show Internacional. Eventuais serviços acessórios de natureza civil ou logística poderão ser subcontratados, desde que previamente autorizados pela Administração e respeitados os limites do Art. 122 da Lei 14.133/21.

15. **APLICAÇÃO DA COTA 25% PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-EPP:**

15.0.1. A reserva de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de pequenas empresas, prevista na legislação estadual, **não será aplicada neste certame**. A contratação envolve a execução integrada de serviços especializados em infraestrutura elétrica de média e baixa tensão, com fornecimento de materiais, instalação, manutenção e monitoramento contínuo da rede elétrica, atividades estas que demandam elevada capacidade técnica, operacional e logística, compatível com a criticidade do sistema elétrico do Centro Tecnológico Vandeci Rack, cuja potência instalada é de 2.250 kVA.

15.0.2. A aplicação da reserva de cota implicaria, necessariamente, o fracionamento do objeto, comprometendo a unidade técnica da solução e a responsabilidade centralizada pela execução dos serviços. Tal fragmentação poderia gerar incompatibilidades entre atividades interdependentes, dificuldades de coordenação, aumento dos riscos operacionais e perda de economia de escala, além de impactar negativamente a eficiência da fiscalização e a segurança da infraestrutura elétrica durante a realização do evento, que possui cronogramas rigorosos e demanda resposta técnica imediata a eventuais ocorrências.

15.0.3. Sob o aspecto jurídico-administrativo, a não aplicação da reserva mostra-se compatível com os princípios da eficiência, da economicidade e da vantajosidade da contratação, uma vez que o tratamento diferenciado às ME e EPP pode ser afastado quando comprovadamente incompatível com o objeto ou prejudicial ao interesse público. Dessa forma, a decisão preserva a integridade da solução, a segurança operacional do sistema elétrico e a adequada gestão dos recursos públicos, sem prejuízo da ampla competitividade do certame.

16. **PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO:**

16.0.1. Fica vedada a participação de empresas constituídas em forma de consórcio, nos termos do Art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021. Esta restrição justifica-se pela necessidade crítica de assegurar a máxima eficiência e a unidade de responsabilidade técnica e administrativa na execução contratual.

16.0.2. A restrição à participação de consórcios justifica-se pela necessidade crítica da unidade de responsabilidade técnica e administrativa na execução contratual, tendo em vista a elevada complexidade e criticidade dos serviços elétricos a serem prestados durante a realização da Rondônia Rural Show Internacional. O objeto demanda padronização rigorosa de procedimentos, integração plena entre fornecimento de materiais, instalação, manutenção e monitoramento contínuo da rede elétrica, bem como unidade de comando operacional, especialmente no que se refere à supervisão em tempo real e à resposta imediata a ocorrências emergenciais.

16.0.3. Ademais, o evento possui cronogramas de montagem e operação extremamente rígidos, incompatíveis com a gestão compartilhada típica dos consórcios, que pode gerar entraves decisórios, dificuldades de coordenação entre empresas consorciadas e diluição de responsabilidades técnicas. A execução dos serviços requer atuação coordenada,

ágil e contínua, sob a responsabilidade integral de uma única empresa, legalmente habilitada, capaz de responder de forma imediata e unificada por eventuais falhas, correções e ajustes necessários, inclusive mediante a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

16.0.4. Dessa forma, a vedação à participação de empresas em consórcio mostra-se técnica e administrativamente justificada, não configurando restrição indevida à competitividade, mas medida necessária para garantir a eficiência, a segurança, a continuidade do serviço e o pleno atendimento ao interesse público, em consonância com os princípios que regem a administração pública e com a legislação vigente.

#### **17. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM FORMA DE COOPERATIVA:**

17.1. Fica vedada a participação de cooperativas, exige o cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias próprias de contratos de emprego, além de uma estrutura hierárquica e organizacional típica de empresas especializadas no setor. As cooperativas, por sua natureza jurídica, operam sob regime de trabalho associado, caracterizado pela inexistência de vínculo empregatício entre a cooperativa e seus associados, o que pode resultar em desatendimento das normas legais e contratuais aplicáveis ao objeto da licitação. Ademais, o caráter essencial do serviço e sua relevância para a segurança patrimonial requerem a contratação de uma empresa que ofereça estrutura técnica, operacional e gerencial robusta, requisitos que normalmente excedem a capacidade funcional das cooperativas. Assim, a vedação é fundamentada na busca pela eficiência, regularidade e segurança jurídica da execução do contrato, nos termos do Art. 16 da Lei nº 14.133/2021. conforme Manual do Tribunal de Contas da União sobre a Nova Lei de Licitações:

A Lei 12.690/2012 estabelece que as cooperativas de trabalho não podem ser impedidas de participar de licitações públicas que envolvam serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social. No entanto, para evitar fraudes e burlas à legislação trabalhista, a mesma Lei proíbe expressamente que as cooperativas atuem como intermediadoras de mão de obra subordinada. Essa hipótese será presumida quando a coordenação dos serviços prestados fora do estabelecimento da cooperativa não cumprir o disposto no art. 7º, § 6º, da Lei (...)

#### **18. DA EXCLUSÃO DE PESSOA FÍSICA:**

18.1. Fica vedada a participação de pessoas físicas na licitação, conforme o Art. 34, inciso XIV, do Decreto Estadual nº 28.874/2024. A contratação exige estrutura mínima composta por equipamentos pesados (como caminhão munck), instalações adequadas e equipe técnica multidisciplinar certificada, elementos que são incompatíveis com a natureza profissional e a capacidade operacional de pessoa física, conforme demonstrado neste Estudo Técnico Preliminar e em observância à Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021.

#### **19. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS MEDIDAS MITIGADORAS**

19.1. A execução do objeto desta contratação deve observar rigorosamente as diretrizes de sustentabilidade ambiental em conformidade com o Artigo 225 da Constituição Federal e a Lei nº 14.133/2021.

19.2. Entre os possíveis impactos ambientais identificados, destaca-se a geração de resíduos eletroeletrônicos decorrentes da substituição de cabos e conectores antigos, a intervenção no solo do Centro Tecnológico Vandeci Rack necessária para a instalação dos novos postes e a possibilidade de desperdício energético causado pelo Efeito Joule em conexões subdimensionadas ou frouxas.

19.3. Como medidas mitigadoras, a contratada deverá realizar a logística reversa de todos os materiais substituídos, encaminhando-os para reciclagem ambientalmente adequada, além de utilizar softwares e sensores de monitoramento (Item 04) para identificar sobreaquecimentos e prevenir o desperdício de energia.

19.4. A eficiência tecnológica será garantida pela priorização de luminárias LED e cabos XLPE, enquanto o planejamento da obra será precedido de análise técnica para minimizar danos à vegetação local durante as escavações e a realocação da subestação.

#### **19.5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:**

19.5.1. Considerando as orientações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e a legislação vigente, a empresa contratada deverá observar critérios rigorosos para minimizar os impactos negativos ao meio ambiente durante a prestação dos serviços.

19.5.2. O compromisso com a logística reversa e o descarte correto de componentes elétricos em empresas certificadas é obrigatório, assegurando o tratamento adequado dos resíduos gerados.

19.5.3. A solução técnica prioriza a eficiência energética através do emprego de componentes de alta performance, como luminárias LED de 20.000 lúmens e condutores com isolamento XLPE, que promovem o uso racional dos recursos energéticos durante o evento.

19.5.4. Adicionalmente, as intervenções físicas devem adotar técnicas que reduzam a movimentação de terra e preservem o ecossistema local, enquanto o acompanhamento técnico contínuo garantirá que a rede opere em sua curva de eficiência ideal, reduzindo o desgaste prematuro de equipamentos e consolidando uma gestão pública orientada pela sustentabilidade.

**20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (CAPÍTULO IX ART. 188 A 192 DO DECRETO Nº 28.874 QUE REGULAMENTA A LEI 14.133/2021, ART. 141, CAPÍTULO X)**

20.1. O pagamento será efetuado dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias em conformidade ao estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, contado a partir da data de apresentação formal da documentação fiscal e contratual exigida, após a devida liquidação da despesa. Será respeitada a ordem cronológica de exigibilidade dos pagamentos, observando-se a distinção por fonte de recursos e categoria contratual, nos termos do art. 141 da referida Lei.

20.2. Vale ressaltar que a realização do pagamento deverá ocorrer exclusivamente após a conclusão e a devida formalização das fases de recebimento provisório e definitivo do objeto contratado, nos termos dos artigos 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021, de modo estrito cumprimento dos princípios da legalidade, da eficiência, da economicidade, da transparência e do interesse público na execução contratual, evidenciando-se, assim, a conformidade técnica e administrativa da entrega.

20.3. Justificamos ainda que, considerando a complexidade inerente à execução contratual e a obrigatoriedade de observância das etapas formais de recebimento do objeto, **o prazo de 15 (quinze) dias estabelecido para pagamento mostra-se necessário e proporcional**, uma vez que a Administração Pública deverá cumprir rigorosamente os ritos de conferência, fiscalização e aceite, compreendendo o recebimento provisório e o recebimento definitivo, conforme determina a Lei nº 14.133/2021, de modo que o objeto contratado atenda integralmente às especificações técnicas e aos critérios de qualidade pactuados, evitando riscos de irregularidades ou pagamentos indevidos.

20.4. Adicionalmente, destaca-se que o período subsequente à realização do evento concentra elevado volume de processos que demandam tramitação sequencial nos setores de liquidação e ordenação da despesa, o que torna imprescindível a fixação de prazo hábil para que todas as etapas sejam devidamente processadas, garantindo segurança jurídica, eficiência administrativa e estrita observância aos controles internos e externos da gestão pública.

- a) Nota fiscal; (Em nome da fonte pagadora, conforme dados contidos na Nota de Empenho)
- b) Termo de Recebimento Definitivo do objeto;
- c) Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);
- d) Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- e) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS;
- g) Certidão de Regularidade perante a Justiça do – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, 07/07/2011).

20.5. As Notas Fiscais, deverão ser emitidas em 2 (duas) vias, devendo conter no corpo da Nota Fiscal, a descrição do objeto, o número do empenho e o número da Conta Bancária para depósito do pagamento.

20.6. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária - OB e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada.

20.7. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, CNPJ: 03.682.401/0001-67 - Endereço: Av. Farquar, nº 2986 Bairro Pedrinhas - CEP 76.801.470 - Porto Velho/RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Jamari.

20.8. Não será efetuado qualquer pagamento à (s) empresa (s) contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

20.9. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

20.10. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal (eletrônica), a SEAGRI a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

- 20.11. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
- 20.12. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 20.13. A SEAGRI efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.
- 20.14. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal (eletrônica), a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e cópia do Contrato Social da Empresa.
- 20.15. Considerando a condição de pagamento estabelecida na qual condiciona a quitação de cada Nota Fiscal à apresentação de comprovação de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista — notadamente a Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidão Negativa da Receita Estadual (SEFIN), Certidões Negativas Municipal, Federal e de Débitos Trabalhistas —, cumpre ressaltar que, embora a exigência de regularidade fiscal e trabalhista configure requisito indispensável para a habilitação e manutenção de contratos com a Administração Pública, nos termos do art. 27 da Lei nº 8.666/1993 e art. 67 da Lei nº 14.133/2021, não se admite a retenção indevida de valores referentes a serviços já executados e recebidos, em razão do descumprimento dessa obrigação acessória, sob pena de caracterização de enriquecimento ilícito da Administração (art. 884 do Código Civil) e violação ao princípio da legalidade (art. 37, caput, da CF/1988); todavia, impõe-se aos gestores e fiscais do contrato a responsabilidade solidária de condicionar a efetiva liquidação e pagamento à verificação prévia e tempestiva da apresentação dos documentos comprobatórios necessários, assegurando a qualificação plena da prestação de serviços, o controle orçamentário e o cumprimento das cláusulas contratuais, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas cabíveis em caso de inadimplência.
- 20.16. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (encargos moratórios) devida, entre a data referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim, apurado:

$$I = i/365 \text{ ou } I = (6/100)/365 \text{ ou } I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

## 21. **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

### 21.1. **Relativos à Habilitação Jurídica:**

21.1.1. Serão solicitadas as documentações conforme prevê a Lei Nº 14.133/2021.

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do Decreto nº 11.802/2023

f) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

g). No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

21.1.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

21.2. **Qualificação Econômico Financeira:**

a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de **10% (dez por cento)** do valor estimado para o lote no qual estiver participando.

b.1) o caso do licitante classificado em mais de um item, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referenciais;

b.2) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

b.3) as regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

21.2.1. As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

21.3. **Justificativa da exigência de qualificação Financeira:**

21.3.1. Será exigida a comprovação de patrimônio líquido ou capital social no percentual mínimo de **10% (dez por cento) do valor estimado da contratação**. Esta medida visa assegurar que a empresa vencedora possua solidez financeira para honrar o fornecimento integral dos materiais e a execução dos serviços, minimizando riscos de inadimplência ou interrupções por falta de fluxo de caixa.

21.3.2. De acordo com a **Lei Federal nº 14.133/2021**, a exigência de habilitação financeira protege os interesses da Administração Pública ao garantir que a contratada tenha estrutura suficiente para suportar oscilações de mercado e prazos de pagamento, assegurando a entrega da infraestrutura elétrica dentro do cronograma rigoroso do evento.

21.4. **Relativos à regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



d) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

21.5. **Relativos à Qualificação Técnica-profissional e Técnico-operacional:**

21.6. **Qualificação Técnica-profissional:**

21.6.1. Com base no art. 67, referente a documentação relativa à qualificação técnico-profissional será exigida a apresentação de cadastro ativo da licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), também será necessário apresentar o registro de profissional vinculado a empresa, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes. Essas exigências têm finalidade de garantir que os licitantes possuam qualificação técnica adequada para a execução dos serviços.

21.7. **Atestado de qualificação técnico-operacional:**

21.7.1. A licitante deverá apresentar atestados de qualificação técnico-operacional que comprovem a execução dos serviços de no mínimo de 50% dos itens de maior relevância técnica em características semelhantes.

21.7.2. Entretanto, o percentual estabelecido justifica-se pela necessidade de garantir adequada capacidade técnica e maior segurança na execução contratual, diante da natureza essencial e crítica dos serviços a serem contratados. Considera-se, para tanto, a complexidade operacional e o elevado grau de responsabilidade envolvidos nas atividades de manutenção, instalação, monitoramento em tempo real e substituição de componentes em redes elétricas de média e baixa tensão.

21.7.3. Ressalta-se que tais serviços demandam comprovação de experiência prévia compatível com o objeto licitado, em quantitativos e características semelhantes, como forma de assegurar a continuidade, a eficiência e a qualidade da execução, bem como mitigar riscos de falhas operacionais e eventuais prejuízos à Administração Pública.

21.7.4. Dessa forma, o critério adotado encontra respaldo nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

21.7.5. A licitante deverá apresentar atestados técnicos que comprovem a execução dos serviços correspondentes ao **LOTE 01**, referentes ao Item 03 – **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA EM REDES DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS**, e ao Item 04 – **MONITORAMENTO DE REDE ELÉTRICA EM TEMPO REAL, COM EQUIPE DE PRONTIDÃO**, bem como ao **LOTE 02**, relativo ao Item 05 – **SUBSTITUIÇÃO DE POSTES E CABOS EM REDE DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO**.

21.8. **Justificativa da exigência da qualificação Técnico-operacional:**

21.8.1. A exigência de apresentação de atestado(s) de qualificação técnico-operacional mostra-se necessária e plenamente justificada diante da complexidade, da criticidade e da relevância dos serviços de infraestrutura elétrica a serem executados no Centro Tecnológico Vandeci Rack, no contexto da realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional. Trata-se de contratação que envolve a execução integrada de serviços em redes de média e baixa tensão, subestações, sistemas de aterramento, rede compacta protegida e monitoramento contínuo de carga, demandando elevado grau de especialização técnica e experiência prática comprovada.

21.8.2. A solicitação de atestados tem por finalidade comprovar que a licitante possui capacidade técnico-operacional compatível com a natureza e o porte do objeto, especialmente no que se refere à instalação, manutenção e operação de sistemas elétricos capazes de atender, de forma segura e contínua, uma carga instalada da ordem de 2.250 kVA. Tal exigência assegura que a empresa detenha expertise prévia na execução de serviços similares, mitigando riscos associados a falhas técnicas, interrupções no fornecimento de energia e situações que possam comprometer a segurança das instalações, dos expositores e do público visitante.

21.8.3. Adicionalmente, a apresentação de experiência anterior comprovada é essencial para demonstrar a aptidão da empresa para lidar com componentes críticos do sistema, tais como a realocação de subestações de 150 kVA, a implantação e manutenção de rede compacta com cabos isolados, bem como a operação de sistemas de supervisão e monitoramento de carga em tempo real, indispensáveis para a detecção precoce de sobrecargas, aquecimentos anormais e outras condições que possam comprometer a estabilidade da rede elétrica durante o evento.

21.8.4. Sob o prisma jurídico-administrativo, a exigência de atestado de qualificação técnico-operacional encontra amparo nos princípios da eficiência, segurança, economicidade e interesse público, ao selecionar fornecedores tecnicamente aptos e reduzir a probabilidade de execuções inadequadas, retrabalhos, aditivos contratuais ou interrupções indesejadas. Ademais, contribui para assegurar que os serviços sejam executados em estrita conformidade com as normas técnicas da ABNT e os padrões da concessionária ENERGISA, garantindo a adequada fiscalização e a entrega de infraestrutura elétrica robusta, segura e compatível com as exigências do evento.

21.8.5. Dessa forma, a exigência ora proposta não configura restrição indevida à competitividade, mas medida proporcional, razoável e necessária para assegurar a correta execução do objeto contratual, a proteção do patrimônio público e a segurança dos usuários do Centro Tecnológico Vandeci Rack.

#### 21.9. **Outras Declarações:**

21.9.1. As exigências de declaração de cumprimento de reserva de cargos (PCD/Reabilitados) e de que a proposta abrange todos os custos trabalhistas estão em estrita conformidade com o Art. 63, inciso IV e § 1º da Lei nº 14.133/2021.

21.9.2. O Licitante deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. Conforme Art 63, Inciso IV, §1º da Lei 14.133/2021.

21.9.3. Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

IV - será exigida do licitante **declaração** de que cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos **para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal**, nas **leis trabalhistas**, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

## 22. **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

22.1. Os direitos e deveres, bem como as respectivas sanções, decorrentes desta contratação serão regulados especificamente pelas disposições do Capítulo I - Das infrações e Sanções Administrativas, respectivamente do art. 155 à 163 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, conforme legislações específicas e citação abaixo:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – dar causa à inexecução total do contrato;

IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no §4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras: I – quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade; II – quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I – interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;
- II – suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III – suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei. Parágrafo único. (VETADO).

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I – reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II – pagamento da multa;
- III – transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

22.2. À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais dos incisos I a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/21, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, estará sujeita à aplicação de multa moratória/compensatória, tendo como percentual mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo, de até 30% do valor do contrato, conforme tabela abaixo:

<b>Grau de Gravidade</b>	<b>Descrição da Infração</b>	<b>Percentual da Multa</b>
<b>Leve</b>	Infrações que causam pequenos inconvenientes ou atrasos, sem prejuízo significativo ao contrato ou ao erário.	Até 5% do valor do contrato
<b>Média</b>	Infrações que afetam a qualidade do serviço ou produto entregue, mas sem comprometer a integridade do objeto contratado.	De 5,1% a 10% do valor do contrato
<b>Grave</b>	Infrações que comprometem seriamente a qualidade ou execução do contrato, gerando risco de prejuízo ao erário ou à segurança.	De 10,1% a 20% do valor do contrato
<b>Muito Grave</b>	Infrações que causam dano direto ao erário, à segurança dos envolvidos, ou inviabilizam a execução do contrato.	De 20,1% a 30% do valor do contrato

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO</b>	<b>Grau de Gravidade</b>	<b>MULTA</b>
1.	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico e/ou lesão corporal;	<b>Grave</b>	20%
2.	Permitir situação que cause dano físico e/ou lesão corporal;	<b>Muito grave</b>	30%
3.	Inexecutar totalmente o objeto da licitação, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;	<b>Muito Grave</b>	30%
4.	Interromper, executar/entregar parcialmente e/ou de forma incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, de forma que comprometa a integridade do objeto contratado;	<b>Grave</b>	20%
5.	Interromper, executar/entregar parcialmente e/ou de forma incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, de forma que cause pequenos inconvenientes ou atrasos, sem prejuízo significativo ao contrato ou ao erário;	<b>Leve</b>	2%
6.	Realizar a entrega do objeto da licitação em desacordo com as especificações técnicas contidas no Edital de Licitação;	<b>Grave</b>	20%
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>			
7.	Efetuar o pagamento a rede credenciada/prestadores de serviços, e/ou fornecedores envolvidos na execução do objeto, inclusive seguros, encargos fiscais, sociais e trabalhistas, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato;	<b>Grave</b>	20%
8.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da equipe de Coordenação/Fiscalização;	<b>Grave</b>	15%

9.	Cumprir a execução/entrega do objeto nos prazos estabelecidos no cronograma;	Grave	20%
10.	Disponibilizar os equipamentos, EPIs, e demais instrumentos necessários à perfeita execução do objeto da licitação, considerando legislações e Normas vigentes, necessários à realização dos serviços do escopo do contrato;	Grave	15%
11.	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa/negligência/imperícia, em veículos, equipamentos, pessoas, entre outros;	Grave	20%
12.	Encaminhar nos prazos estabelecidos, Nota Fiscal e/ou documento equivalente, juntamente com demais documentos de habilitação atualizados;	Leve	5%
13.	Substituir funcionário/prestador de serviço que se porte de forma inconveniente/desrespeitosa ou não atenda as exigências técnicas referentes ao objeto do contrato;	Leve	5%
14.	Assinar contrato ou documento equivalente no prazo estabelecido no Termo de Referência;	Grave	20%
15.	Prestar garantia exigida no Termo de Referência;	Grave	20%
16.	Substituir estruturas, equipamentos, itens que compõe o objeto conforme previstos nas obrigações da contratada expressos no Termo de Referência;	Grave	20%
17.	Fiscalizar/controlar/fornecer suporte a rede credenciada/prestadores de serviço/fornecedores, a fim de garantir a execução do objeto	Média	10%

### 23. **DEVERES CONTRATUAIS:**

#### 23.1. **Do Contratado:**

23.1.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratada, também se incluem os dispositivos a seguir: A Contratada se obriga a aceitar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitando os limites do Artigo 125 da Lei 14.133/21 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da (s) proposta (s) Contratada (s), diante de necessidade comprovada da Administração.

23.1.2. Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

23.1.3. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

23.1.4. Designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato.

23.1.5. A contratada não poderá repassar os custos de uniforme e equipamentos a seus empregados.

23.1.6. Realizar diariamente, em conjunto com a Contratante, o acompanhamento técnico das atividades, visando a qualidade da prestação dos serviços.

23.1.7. Os Postos/Locais de serviço deverão ser obrigatoriamente inspecionados no mínimo 01 (uma) vez por dia, em períodos alternados.

23.1.8. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos Postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

- 23.1.9. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
- 23.1.10. Efetuar a reposição da mão-de-obra nos Postos/Locais de serviço, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).
- 23.1.11. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Administração, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma.
- 23.1.12. Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão-de-obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços.
- 23.1.13. Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 23.1.14. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nos Postos/Locais de serviço das instalações onde houver prestação dos serviços.
- 23.1.15. Comunicar à unidade do Contratante que administra o contrato, toda vez que ocorrer afastamento ou qualquer irregularidade, substituição ou inclusão de qualquer elemento da equipe que esteja prestando serviços; no caso de substituição ou inclusão.
- 23.1.16. Disponibilizar agentes em quantidade necessária para garantir a operação dos postos nos regimes contratados, uniformizados e portando crachá com foto recente.
- 23.1.17. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito.
- 23.1.18. Manter controle de frequência/pontualidade de seus agentes sob o contrato.
- 23.1.19. Recrutamento, administração, transporte, acomodação, alimentação e quaisquer outras obrigações relacionadas com a mão-de-obra, ficando responsável por todos os atos praticados por seus empregados.
- 23.1.20. Arcar com todas as despesas relativas a encargos trabalhistas e previdenciários referentes aos AGENTES colocados no serviço.
- 23.1.21. Prever um quantitativo de pessoal necessário para eventuais substituições dos efetivos, em caso de afastamento por motivos de doença ou afins, etc.
- 23.1.22. Fornecer quando solicitado, cópias dos comprovantes de pagamento, contendo a discriminação individual da remuneração, bem como, dos recolhimentos trabalhistas, das contribuições previdenciárias, referentes ao pessoal utilizado no serviço.
- 23.1.23. Serão de inteira responsabilidade da empresa prestadora dos serviços, eventuais prejuízos causados por seus empregados, quando no exercício de suas atividades. Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar para cada posto de serviço, os materiais e equipamentos de acordo com o estabelecido neste instrumento.
- 23.1.24. Substituir o material/equipamento com prazo de validade vencido, com defeito ou considerado inadequado para o serviço, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação da Contratante.
- 23.1.25. A Contratada se obriga a aceitar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitando os limites do Artigo 125 da Lei 14.133/21 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da (s) proposta (s) Contratada (s), diante de necessidade comprovada da Administração.
- 23.1.26. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 23.1.27. É vedada a contratação de pessoa jurídica cujo quadro societário, diretivo ou funcional possua cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante, bem como de agente público que desempenhe função na licitação, atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos da legislação vigente.
- 23.1.28. A empresa participante deverá observar a vedação à intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado, nos termos do art. 48, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, não contendo exigências que impliquem ingerência na organização interna da empresa vencedora.

23.2. **Da Contratante:**

- 23.2.1. A Contratante deve fiscalizar todo o processo de execução, assegurando que o objeto da contratação seja fornecido em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.
- 23.2.2. A Contratante deve proporcionar à empresa contratada todas as facilidades necessárias para que esta cumpra suas obrigações, em conformidade com as normas e condições contratuais estabelecidas.
- 23.2.3. A Contratante deve aplicar à empresa contratada as sanções administrativas e contratuais cabíveis, informando ao órgão gerenciador das licitações, quando necessário.
- 23.2.4. A Contratante tem o direito de rejeitar, total ou parcialmente, os materiais ou serviços que não atendam às obrigações assumidas pela empresa contratada.
- 23.2.5. A Contratante deve receber as Notas Fiscais e verificar se elas estão em conformidade com o objeto contratado, encaminhando-as posteriormente para pagamento, de acordo com as condições legais.

**24. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:**

- 24.1. Com a presente contratação, a Administração pretende alcançar resultados concretos e mensuráveis no que se refere à efetividade da prestação do serviço público, à economicidade da contratação e ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, considerando a relevância estratégica do sistema elétrico para a realização da Rondônia Rural Show no Centro Tecnológico Vandeci Rack.
- 24.2. Sob a ótica da efetividade, espera-se assegurar a plena operacionalidade, estabilidade e segurança do fornecimento de energia elétrica em redes de média e baixa tensão durante todo o período do evento, atendendo de forma contínua e confiável às demandas dos expositores, das estruturas temporárias e permanentes, bem como do público visitante. Como indicadores objetivos de desempenho, pretende-se alcançar: (i) índice de disponibilidade do sistema elétrico superior a 99% durante o evento; (ii) tempo máximo de resposta a ocorrências inferior a 30 minutos; e (iii) redução significativa de falhas operacionais em relação a edições anteriores, especialmente aquelas relacionadas a conexões, sobrecarga e aquecimento de componentes. A contratação visa, assim, reduzir a incidência de interrupções não programadas, por meio da execução de manutenção preventiva e corretiva, adequações estruturais, fornecimento de materiais certificados e monitoramento técnico permanente.
- 24.3. No que se refere à economicidade e ao melhor aproveitamento dos recursos, a solução adotada permite a racionalização dos custos mediante a contratação integrada de serviços e fornecimentos, evitando despesas decorrentes da fragmentação contratual, mobilização de múltiplos fornecedores e necessidade de estrutura técnica própria da Administração. Como resultado mensurável, projeta-se: (i) redução de custos indiretos administrativos, especialmente aqueles relacionados à gestão de contratos múltiplos, logística e mobilização de equipes; (ii) mitigação de custos extraordinários decorrentes de falhas operacionais, como substituições emergenciais, paralisações e danos a equipamentos; e (iii) maior previsibilidade orçamentária, com consolidação dos custos em contrato único, reduzindo riscos de aditivos não planejados.
- 24.4. No tocante ao aproveitamento dos recursos humanos, a contratação de empresa especializada elimina a necessidade de mobilização de equipe técnica permanente da Administração para execução e manutenção do sistema elétrico, permitindo que os recursos humanos disponíveis sejam direcionados às atividades finalísticas do evento. Sob o aspecto dos recursos materiais, a solução evita a aquisição e estocagem de equipamentos de uso eventual, reduzindo custos com armazenamento, depreciação e obsolescência tecnológica.
- 24.5. No que se refere ao desenvolvimento nacional sustentável, a contratação contribui para o uso eficiente e racional dos recursos públicos, ao adotar solução tecnicamente adequada e economicamente vantajosa. A utilização de materiais de maior durabilidade, tecnologias de rede compacta e práticas de manutenção preventiva favorece a redução de perdas técnicas e o prolongamento da vida útil dos ativos, o que pode ser mensurado pela diminuição da necessidade de intervenções corretivas e substituições prematuras. Ademais, a contratação de empresa especializada fomenta o mercado nacional de serviços técnicos qualificados, incentiva a geração de emprego e renda e promove a adoção de práticas alinhadas às normas técnicas e ambientais vigentes.
- 24.6. Dessa forma, os resultados pretendidos abrangem não apenas a garantia do fornecimento seguro e eficiente de energia elétrica para a realização do evento, mas também a obtenção de ganhos mensuráveis de eficiência operacional, economicidade e otimização na aplicação dos recursos públicos, assegurando a conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**25. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:**



25.1. No âmbito da organização administrativa e do planejamento da contratação, foram formalmente instituídas a Comissão de Contratação e a Equipe de Planejamento da Contratação, por meio da Portaria nº 38 de 03 de fevereiro de 2026 (71076127), assegurando a definição de responsabilidades, a segregação de funções e o suporte técnico e administrativo necessário à fase preparatória do processo de contratação.

25.2. Também foram constituídas a Comissão Organizadora, a Comissão Executora e as Comissões de Gestão e Fiscalização dos eventos da 13ª Rondônia Rural Show Internacional e da 7ª Rondoleite, conforme disposto na Portaria nº 87 de 26 de março de 2026 (71076075), garantindo a estrutura organizacional necessária à coordenação, ao acompanhamento e à fiscalização das contratações relacionadas ao evento.

25.3. Como medida de fortalecimento da capacidade administrativa e do controle da execução, a equipe designada foi devidamente capacitada para atuação nas fases de planejamento, contratação e acompanhamento contratual.

25.4. No mesmo sentido, o Controle Interno da SEAGRI promoveu a padronização de modelos de documentos e fluxos processuais, com vistas a conferir maior uniformidade, celeridade e segurança jurídica à instrução dos processos administrativos, contribuindo para a mitigação de riscos formais e operacionais durante a tramitação da contratação.

## 26. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

26.0.1. A gestão do contrato decorrente da **Contratação de empresa especializada em instalação de materiais e equipamentos, e prestação de serviços elétricos no Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO** será realizada em conformidade com o disposto no art. 42, inciso XXIV, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, na Lei nº 14.133/2021, bem como nas normas internas da Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI, em especial a **Portaria nº 38 de 03 de fevereiro de 2026 (71076127)**.

26.0.2. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por Gestor do Contrato e Fiscais designados formalmente, integrantes da Comissão de Recebimento de Materiais, Serviços e Gestores e Fiscais de Contratos, instituída nos termos do art. 2º, inciso VIII, da Portaria nº 210/2025, competindo-lhes a gestão administrativa, técnica e operacional do ajuste, sem prejuízo da atuação das demais comissões correlatas.

26.0.3. O Gestor do Contrato será responsável por coordenar a execução contratual, emitir ordens de serviço, consolidar informações prestadas pela fiscalização, avaliar o cumprimento dos prazos e das obrigações pactuadas, deliberar sobre providências administrativas cabíveis, bem como encaminhar à autoridade competente situações que extrapolem sua competência, inclusive quanto à aplicação de sanções, alterações contratuais ou rescisão, quando for o caso.

26.0.4. Os Fiscais do Contrato exercerão o acompanhamento técnico direto da execução do objeto, verificando a conformidade da montagem, manutenção e desmontagem das estruturas com os projetos, especificações técnicas, normas de segurança e condições contratuais, procedendo ao registro formal das ocorrências em relatórios próprios, atestando a execução quando compatível e notificando a contratada acerca de eventuais não conformidades identificadas.

26.0.5. O acompanhamento da execução será realizado de forma contínua e presencial, especialmente durante as fases de montagem, operação assistida durante o evento e desmontagem, considerando a natureza sensível do objeto, a elevada circulação de pessoas e os riscos operacionais inerentes a eventos de grande porte. Poderão ser utilizados, para fins de controle, relatórios de fiscalização, registros fotográficos, checklists técnicos, controles de presença de equipes, atas de reunião e comunicações formais entre a contratada e a Administração.

26.0.6. As ocorrências, inconformidades ou falhas na execução deverão ser registradas formalmente pelos Fiscais e comunicadas ao Gestor do Contrato, que adotará as providências necessárias para o saneamento, inclusive com a fixação de prazos para correção, aplicação de penalidades previstas no instrumento contratual ou acionamento das instâncias competentes, quando aplicável.

26.0.7. O recebimento provisório e definitivo do objeto será realizado pela Comissão designada, com base nos relatórios da fiscalização e na verificação do atendimento integral às obrigações contratuais, somente sendo considerado concluído o contrato após a desmontagem das estruturas, recomposição das áreas utilizadas e inexistência de pendências técnicas, administrativas ou financeiras.

26.0.8. Este modelo de gestão visa assegurar controle efetivo da execução, mitigação de riscos operacionais, rastreabilidade dos atos administrativos e entrega adequada dos resultados pretendidos pela Administração, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, planejamento e interesse público.

## 27. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

Etapas	Descrição da Etapa / Atividade	Prazo de Execução	Responsabilidade Técnica	Critérios de Aceite
1. Mobilização e Planejamento Inicial	Mobilização da equipe técnica, logística e operacional, apresentação do cronograma executivo detalhado, plano de montagem, ART/RRT dos responsáveis técnicos e compatibilização com o projeto arquitetônico e layout oficial do Espaço Governamental.	Até 10 dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço	Contratada, por meio de engenheiro ou arquiteto legalmente habilitado, com ART/RRT registrada	Aprovação formal do cronograma e dos documentos técnicos pela Fiscalização, sem ressalvas
2. Implantação do Canteiro e Logística	Organização do canteiro temporário, transporte e descarga dos materiais, estruturas metálicas, pisos, coberturas, fechamentos e demais componentes locados, respeitando as normas de segurança e o plano logístico do evento.	Conforme cronograma aprovado, antecedendo a montagem	Contratada	Conferência quantitativa e qualitativa dos materiais, inexistência de avarias e conformidade com as especificações técnicas
3. Montagem das Estruturas	Montagem das estruturas modulares, tendas, pavilhões, pisos elevados, fechamentos, forros, elementos de sinalização e demais componentes previstos, observando normas técnicas, estabilidade estrutural e compatibilidade com instalações elétricas e hidrossanitárias.	Conforme cronograma executivo, com conclusão antes da data de abertura do evento	Contratada, sob responsabilidade técnica formal	Estruturas montadas conforme projeto aprovado, estabilidade verificada, ausência de não conformidades técnicas
4. Ajustes, Adequações e Inspeção Técnica	Realização de ajustes finos, correções de alinhamento, nivelamento, fixações complementares e atendimento a eventuais apontamentos da Fiscalização Técnica.	Até 48 horas antes do início do evento	Contratada	Atendimento integral às solicitações da Fiscalização e emissão de termo de conformidade técnica
5. Recebimento Provisório	Vistoria conjunta para verificação da conformidade do objeto executado em relação às especificações contratuais, projetos, memorial descritivo e normas aplicáveis.	Até 24 horas antes do início do evento	Comissão de Fiscalização, com apoio da Contratada	Emissão de Termo de Recebimento Provisório, sem pendências impeditivas
6. Operação Assistida Durante o Evento	Manutenção corretiva e preventiva das estruturas, com equipe de prontidão para atendimento imediato a intercorrências, garantindo segurança, funcionalidade e integridade das instalações durante todo o período do evento.	Durante toda a 13ª Rondônia Rural Show Internacional e a 7ª Ronda Leite	Contratada	Funcionamento contínuo das estruturas, sem ocorrências críticas ou riscos aos usuários
7. Desmontagem e Retirada das Estruturas	Desmontagem ordenada das estruturas, retirada de materiais, limpeza da área e recomposição das condições originais do local, conforme diretrizes da Administração.	Conforme cronograma definido após o encerramento do evento	Contratada	Área liberada, limpa e sem danos, conforme vistoria final
8. Recebimento Definitivo	Vistoria final para confirmação da correta execução do objeto, inexistência de pendências técnicas, administrativas ou operacionais e encerramento das obrigações contratuais.	Até 10 dias após a desmontagem	Comissão de Fiscalização	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do contrato

28. **CONTRATO:**

- 28.1. Considerando os termos do art. 95 da lei nº 14.133/21, o contrato não será dispensado.
- 28.2. A vigência inicia-se na assinatura do contrato e estende-se até o final do prazo de **180 (cento e oitenta) dias**, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade da administração.
- 28.3. A vigência inicia-se na assinatura do contrato que deverá ser assinado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir de sua convocação.

28.4. **REAJUSTE CONTRATUAL:**

- 28.4.1. Durante o período de vigência do Contrato, os reajustes de valores serão conduzidos de acordo com a previsão no ordenamento do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

**28.5. Do Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos:**

28.5.1. O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público, conforme redação do art. 150 a 153 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Art. 150. O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público.

§ 1º A Administração deverá indicar o critério de reequilíbrio de preços, que deverá ser sob a forma de reajuste em sentido estrito, com a previsão de índices específicos ou setoriais, ou por repactuação, pela demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.

§ 2º Sob pena de nulidade, cláusula de reajuste vinculada a variações cambiais ou ao salário-mínimo, só poderá ser admitida mediante justificativa específica, observadas as prescrições legais.

Art. 151. O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito.

§ 1º Apresentado no prazo estipulado no caput deste artigo, os efeitos financeiros retroagirão à data-base prevista na convenção coletiva de trabalho ou à data de ocorrência do fato gerador.

§ 2º Caso o pedido seja feito fora do prazo previsto no caput deste artigo, os efeitos financeiros serão contados a partir da data de recebimento do pedido pela contratante, sendo vedado ao ordenador de despesa conceder efeito retroativo aos efeitos financeiros.

§ 3º A contratada para a execução de remanescente de obra ou serviço tem direito ao reajuste ou repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação.

Art. 152. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos seguintes, deverão ser instruídos com:

I - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

II - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

III - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

IV - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.

Art. 153. Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise.

28.5.2. Do pedido do reajuste, fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Art. 155. O pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

28.5.3. Da escolha do índice conforme Art. 156. do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Art. 156. A escolha do índice de reajuste observar-se-á o critério da especialidade e da setorialidade, analisando se para o objeto contratual há índice específico de reajuste.

28.5.4. Considerando que o reajuste de preços pode ser realizado mediante aplicação de índice de reajuste ou por demonstração analítica da variação dos custos, será utilizado o índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado) para os respectivos cálculos. A data-base será vinculada à data do orçamento estimado, sendo que o critério de aplicação deverá ser aquele que, de maneira mais vantajosa, atenda às especificidades do objeto contratual, conforme estabelece o §7º do artigo 25 da Lei nº 14.133/21.

**29. CONCLUSÃO:**

29.1. Ao expor claramente a motivação para Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de materiais e equipamentos, e prestação de serviços elétricos no Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização da 13ª edição da Rondônia Rural Show Internacional e 7º Rondoleite. Trata-se incontestavelmente de ato vinculado

ou regrado, porque se enquadra entre aqueles para os quais a Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021 e do Decreto Estadual nº 28.874/24, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, que estabelecem os requisitos e condições de sua realização

29.2. Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas oficialmente protocoladas ou por meio eletrônico, junto a sede da contratada.

29.3. Para elaboração do presente Termo de Referência foi utilizado o Modelo Padrão, considerando às necessidades adequação da Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI, estabelecidas na solicitação através do Documento de Formalização de Demanda - DFD 89 (71076368), Estudo Técnico Preliminar 49 (71058086) e Nota 379 complementar ao TR (71058099), condicionados à **Lei Federal nº 14.133/2021** e suas alterações, bem como o Decreto Estadual nº 28.874/24, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, ficando a CONTRATADA ciente de que qualquer litígio entre a CONTRATANTE e CONTRATADA serão dirimidos com base nas referidas leis e suas alterações.

29.4. Será realizado consulta através do site da Fazenda (<https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21>) referente as empresas fornecedoras optante pelo simples nacional.

29.5. **As omissões**, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de Referência, serão dirimidos aplicando-se as regras da **Lei nº 14.133/2021** e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

29.6. A Administração utilizar-se-á da aplicação de juízo arbitral para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, conforme disposto na Lei Estadual n. 4.007 e Lei n. 9.307, de 1996, alterada pela Lei Federal n. 13.129, de 2015. Tal medida visa o cumprimento ao Art. 11, do referido diploma legal. Neste sentido, dispõe esta Lei:

Art. 1º As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

§ 1º A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

**§ 2º A autoridade ou o órgão competente da administração pública direta para a celebração de convenção de arbitragem é a mesma para a realização de acordos ou transações.**

**Observação:** Vale ressaltar que diante das Legislações vigentes, esta unidade (Secretaria de Estado da Agricultura-SEAGRI) está obrigada a realizar as retenções de acordo com o cumprimento dos dispositivos legais.

#### **ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO**

(De acordo com a Cartilha de Boas práticas LGPD (id.0049114042))

**CONTRATO \_\_\_\_/20\_\_, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O ESTADO DE RONDÔNIA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI, E EMPRESA \_\_\_\_\_. CELEBRAM ENTRE SI**

O ESTADO DE RONDÔNIA, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI/RO, CNPJ 03.682.401/0001-67, sediada à Av. Farquar, nº 2786, Bairro Pedrinhas - Palácio Rio madeira, Edifício rio Jamari 3º Andar - Curso 3, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representado pelo representada por seu Secretário de Estado, LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA, portador do CPF/MF nº \*\*\*.667.682-\*\*, e a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MG n.º \_\_\_\_\_, situado na Rua \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, brasileira (o), portadora (o) da cédula de identidade sob o nº \*\*\*.\_\_\_\_, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de \_\_\_\_ e CPF sob o nº \*\*\*.xxx.xxx-\*\*, celebram o presente Contrato, decorrente do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0025.003449/2025-16, para Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de materiais e equipamentos, e prestação de serviços elétricos no Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO, conforme especificações e condições estabelecidas neste instrumento licitatório, com base na Lei Federal nº. 14.133/21 e do Decreto Estadual nº 28.874/24, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância em ostensiva em evento sociais, com serviços diurnos e noturnos. Estes serviços serão executados nas instalações do Centro Tecnológico Vandeci Rack, situado no quilômetro 333 da BR-364, a 11 quilômetros de Ji-Paraná, no sentido Presidente Médici, local da 13ª edição da Rondônia Rural Show Internacional e 7ª Exposição Rondoniense do Agronegócio do Leite - Rondoleite.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO DOS BENS**

Os bens adquiridos serão aqueles estabelecidos no Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE ENTREGA DOS BENS**

Conforme o item **11 e subitens** do Termo de Referência.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

O valor do respectivo contrato é de \_\_\_\_\_, conforme a oferta final de preço proposto pela CONTRATADA, correspondendo ao objeto definido no Termo de Referência.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DESPESA**

U.G	PROGRAMA DE TRABALHO	P/A	FONTE DE RECURSO	NATUREZA E SUBELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO
19.001	2003	2023	1500.0.00001	33.90.39	Prestação de serviço de terceiros

Entretanto, a referida contratação foi **devidamente incluída no Plano de Contratações Anual de 2026**, ano de realização da feira. Este plano encontra-se em fase de elaboração, conforme o Processo nº 0025.002223/2025-90 e a Declaração (0067178590). A SEAGRI reafirma seu compromisso com a boa governança e o planejamento estratégico, assegurando que o novo plano refletirá fielmente as demandas institucionais e as prioridades para o sucesso do evento.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

Conforme **item 20** do Termo de Referência.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratada, também se incluem o disposto no item **23.1** do Termo de Referência.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratante, também se incluem o disposto no item **23.2** do Termo de Referência.

**CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTA:**

Sem prejuízo das sanções cominadas no Capítulo I - Das infrações e Sanções Administrativas, respectivamente do art. 155 à 163 da Lei nº 14.133/21e em demais legislações correlatas, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas no **item 23** do termo de referência, caso presente alguma das situações ali previstas.

**CLÁUSULA DEZ - DA RESCISÃO**

A Administração utilizar-se-á da aplicação de juízo arbitral para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, conforme disposto na Lei n. 9.307, de 1996, alterada pela Lei Federal n. 13.129, de 2015. Tal medida visa o cumprimento ao Art. 11, do referido diploma legal.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

#### **CLÁUSULA ONZE – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na Imprensa Oficial será providenciada até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de até vinte dias dessa data.

#### **CLÁUSULA DOZE – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

A vigência inicia-se na assinatura deste contrato e estende-se até o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade da administração.

#### **CLÁUSULA TREZE - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

Conforme **item 3** do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA CATORZE – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, Art 92 III.

#### **CLÁUSULA QUINZE – DO FORO**

O Foro para dirimir eventuais conflitos do contrato será o da Comarca de Porto Velho - Rondônia.

#### **CLÁUSULA DEZESSEIS - DO RISCO**

Conforme Mapa de Risco 41 (71244972), a probabilidade de ocorrências dos risco na contratação (**ALTA E MEDIO**), permite a identificação das situações futuras e incertas que possam impactar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como a definição das medidas necessárias para tratar os riscos e as responsabilidades entre as partes, identificado no documento Adendo Matriz de Riscos, para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado. publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado.

Elaboração Comissão de Contratação	Validação Comissão de Contratação	Elaboração / Requisitante Equipe de Planejamento da Contratação Setor demandante	Revisão / Requisitante Equipe de Planejamento da Contratação Setor demandante	Revisão / Requisitante Equipe de Planejamento da Contratação Setor demandante
MARCOS VINICIUS	FÁBIO VENTURA	PAULO DA SILVA FREITAS	ALEX FERNANDES	SCHEYLA PESSOA DE

Elaboração Comissão de Contratação	Validação Comissão de Contratação	Elaboração / Requisitante Equipe de Planejamento da Contratação Setor demandante	Revisão / Requisitante Equipe de Planejamento da Contratação Setor demandante	Revisão / Requisitante Equipe de Planejamento da Contratação Setor demandante
<b>MACHADO</b> Núcleo de Compras Públicas - <b>NCP/SEAGRI</b> Elaborador Portaria nº 188 de 23 de setembro de 2025 (0064208377)	<b>DE OLIVEIRA</b> Núcleo de Compras Públicas - NCP/SEAGRI Chefe de Núcleo	<b>ROCHA</b> Membro da Comissão Executora da 13ª Rondônia Rural Show Internacional Portaria nº 87 de 26 de março de 2026 (71076075)	<b>ROSÁRIO</b> Engenheiro Civil - CREA 20639 D/RO Membro da Comissão de Projeto Civil e Arquitetônico Portaria nº 87 de 26 de março de 2026 (71076075)	<b>FREITAS</b> Comissão Organizadora da 13ª Rondônia Rural Show Internacional Portaria nº 87 de 26 de março de 2026 (71076075)

Coordenadoria da Área Demandante
<b>POLIANE MOREIRA OLIVEIRA</b> Coordenadora de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária e Aquicultura CDAP/SEAGRI-RO
Autoridade Competente
<b>LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA</b> Secretário de Estado da Agricultura-SEAGRI



Documento assinado eletronicamente por **marcos vinicius machado de melo, Assessor(a)**, em 24/04/2026, às 19:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Ventura, Chefe de Núcleo**, em 24/04/2026, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo da Silva Freitas Rocha, Membro**, em 24/04/2026, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEX FERNANDES ROSARIO, Assessor(a)**, em 24/04/2026, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Scheyla Pessoa de Freitas, Chefe de Unidade**, em 24/04/2026, às 19:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Poliane Moreira Oliveira, Coordenador(a)**, em 24/04/2026, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo da Silva Batista, Secretário(a)**, em 24/04/2026, às 19:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71543284** e o código CRC **A0DC635E**.



Secretaria de Estado de Agricultura																	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	EMP 5	EMP 6	EMP 7	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÉDIO	PREÇO MEDIANO	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIACÃO	PARAMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL GERAL
LOTE 01																	
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REVISÃO DE SUBESTAÇÃO DE 150 KVA TRIFÁSICO 13,8 KV/ 220-127 V 60 HZ ESTRUTURA CEE3	SERVIÇO	1	R\$ 21.097,15	R\$ 23.953,50	R\$ 24.735,00	R\$ 26.323,42	12500*	22550*	N / A	R\$ 21.097,15	R\$ 24.027,27	R\$ 24.344,25	R\$ 2.188,17	9,11%	MÉDIO	R\$ 24.027,27
2	SERVIÇO DE REALOCAÇÃO DE POSTE EM REDE DE BAIXA TENSÃO	SERVIÇO	1	R\$ 8.473,29	R\$ 13.900,00	R\$ 15.438,00	R\$ 13.400,00	6500,00*	5483,33*	5467,84*	R\$ 8.473,29	R\$ 12.802,82	R\$ 13.650,00	R\$ 3.013,83	23,54%	MÉDIO	R\$ 12.802,82
3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS	SERVIÇO	1	280.074,51*	R\$ 370.130,05	R\$ 360.000,00	R\$ 377.900,06	267395,06*	262332,89*	N / A	R\$ 360.000,00	R\$ 369.343,37	R\$ 370.130,05	R\$ 8.975,92	2,43%	MÉDIO	R\$ 369.343,37
4	SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE REDE ELÉTRICA EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO	SERVIÇO	1	R\$ 73.489,11	R\$ 109.097,16	R\$ 99.119,84	R\$ 100.000,00	72000*	N / A	N / A	R\$ 73.489,11	R\$ 95.426,53	R\$ 99.559,92	R\$ 15.304,61	16,04%	MÉDIO	R\$ 95.426,53
																	R\$ 501.599,99
LOTE 02																	
5	SUBSTITUIÇÃO DE POSTES CABOS EM REDE DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO	SERVIÇO	5	N / A	R\$ 8.776,00	R\$ 9.176,20	R\$ 8.400,00	N / A	N / A	N / A	R\$ 8.400,00	R\$ 8.784,07	R\$ 8.776,00	R\$ 388,16	4,42%	MÉDIO	R\$ 43.920,35
6	RELIGIÇÃO DE CHAVE FUSÍVEL EM TRANSFORMADOR TRIFÁSICO	SERVIÇO	5	N / A	R\$ 9.625,76	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	N / A	N / A	N / A	R\$ 9.625,76	R\$ 9.875,25	R\$ 10.000,00	R\$ 216,07	2,19%	MÉDIO	R\$ 49.376,25
7	LIGAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	SERVIÇO	5	N / A	R\$ 9.600,00	R\$ 10.000,00	R\$ 8.545,00	N / A	N / A	N / A	R\$ 8.545,00	R\$ 9.381,67	R\$ 9.600,00	R\$ 751,67	8,01%	MÉDIO	R\$ 46.908,35
																	R\$ 140.204,95
VALOR TOTAL																	R\$ 641.804,94

EMP 1 - OUTRAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - J. DOS SANTOS QUEIROZ LTDA (Empresa vencedora no ano anterior)

EMP 2 - PNCP (LOTE 1 e 2)

EMP 3 - PNCP (LOTE 1 e 2)

EMP 4 - PNCP (LOTE 1 e 2)

EMP 5 - BANCO DE PREÇOS (Cotação banco de preços refere-se apenas ao LOTE 1)

EMP 6 - BANCO DE PREÇOS (Cotação banco de preços refere-se apenas ao LOTE 1)

EMP 7 - BANCO DE PREÇOS (Cotação banco de preços refere-se apenas ao LOTE 1)

OBSERVAÇÕES:

Valores unitários

Valores desabilitados



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
 Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI  
 Núcleo de Compras Públicas - SEAGRI-NCP

### SAMS

**ÓRGÃO REQUISITANTE:** Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de materiais e equipamentos, e prestação de serviços elétricos no Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO.

**OBS:** A contratação se dará através da Pregão Eletrônico, conforme art. 6º, inc. XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como Critério de Julgamento **MENOR PREÇO (LOTE)**, conforme art. 40º, § 2º inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

<b>Nº processo:</b> <a href="#">0025.003449/2025-16</a>	<b>Projeto Atividade:</b> 20.608.2003.2023	<b>Fonte:</b> 1500	<b>Elemento de Despesa:</b> 33.90.39 (Serviço de Terceiros)
--	---	-----------------------	--

LOTE 01 – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, REALOCAÇÃO DE SUBESTAÇÃO E INSTALAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A REDE ELÉTRICA						
ITEM	Código Catálogo CATSER	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	21687	<p><b>SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REVISÃO DE SUBESTAÇÃO DE 150 KVA TRIFÁSICO 13,8 KV/ 220-127 V 60 Hz ESTRUTURA CE3</b></p> <p>Realocação de 02 (DOIS) transformador trifásico de 150 kVA (13,8 kV / 220-127 V) em estrutura tipo CE3, incluindo a reavaliação técnica de componentes existentes para reaproveitamento. A contratada é integralmente responsável pelo fornecimento e instalação de cabos, conexões e acessórios necessários para a nova subestação. Deve ser executada malha de aterramento composta por 10 (dez) hastes tipo Copperweld (2.400 mm), interligadas por cabo de aço cobreado (seção 3x9 AWG) e dotadas de caixas de inspeção. A resistência de terra deverá ser mantida abaixo de 10,0 Ohms em qualquer época do ano, sob pena de adequação compulsória da malha pela contratada, garantindo conformidade com os padrões da ENERGISA .</p>	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)		

02	21687	<p><b>SERVIÇO DE REALOCAÇÃO DE POSTE EM REDE DE BAIXA TENSÃO</b></p> <p>O serviço consiste na realocação de 10 (DEZ) postes de energia elétrica com luminária pública, conforme orientações da coordenação do evento. A contratada deverá assumir a responsabilidade total pelo fornecimento de materiais, frete, equipamentos de içamento (caminhão munck), escavação, engastamento e mão de obra especializada . O serviço inclui a reposição de cabos, acessórios e componentes que sofram danos durante a execução, além de vistoria técnica prévia <i>in loco</i> para marcação dos pontos conforme orientações da coordenação . Toda a instalação deve observar rigorosamente as normas técnicas de segurança e os padrões da concessionária ENERGISA .</p>	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)		
03	21687	<p><b>SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS</b></p> <p><b>1 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DAS CONEXÕES DA REDE DE MÉDIA TENSÃO:</b> A contratada deverá realizar a revisão e manutenção preventiva e corretiva das conexões e cabos integrantes das redes de média e baixa tensão. O escopo dos serviços compreende, obrigatoriamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Inspecção e Ajuste Técnico:</b> Realização de inspeção detalhada e ajuste de todas as conexões para prevenir falhas ou interrupções causadas por superaquecimento decorrente da alta demanda de energia durante o evento.</li> <li>• <b>Manutenção de Transformadores:</b> Execução do reaperto técnico de todos os <b>conectores perfurantes</b> em todos os transformadores instalados na unidade.</li> <li>• <b>Sistemas de Aterramento:</b> Revisão técnica integral de todos os <b>sistemas de aterramento</b> da rede, garantindo a continuidade elétrica e a segurança das instalações.</li> <li>• <b>Responsabilidade Integral:</b> Todo o fornecimento de equipamentos, ferramentas, instrumentos de medição e mão de obra necessária será de responsabilidade exclusiva da contratada.</li> <li>• <b>Comprovação Técnica:</b> Ao término das atividades, a contratada deverá apresentar relatório fotográfico detalhado e laudo técnico dos serviços executados, ambos emitidos por um engenheiro eletricista e acompanhados da respectiva <b>ART (Anotação de Responsabilidade Técnica)</b> devidamente paga.</li> </ul> <p><b>2 - LISTA DE MATERIAIS E INSUMOS</b></p> <p><b>POSTES E ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>08 UNIDADES - POSTE DE CONCRETO 11/300:</b> Poste de concreto armado seção circular ou duplo T, com 11 metros de altura e carga nominal de 300 daN, para uso em redes de distribuição urbana/rural.</li> <li>• <b>02 UNIDADES - POSTE DE CONCRETO 11/600:</b> Poste de concreto armado com 11 metros de altura e carga reforçada de 600 daN, indicado para estruturas de fim de linha ou ancoragem.</li> <li>• <b>06 UNIDADES - BRAÇO TIPO L (C1A):</b> Braço metálico galvanizado a fogo para sustentação de luminárias e acessórios em postes de concreto.</li> <li>• <b>02 UNIDADES - BRAÇO TIPO C:</b> Suporte metálico galvanizado para fixação de condutores e isoladores.</li> <li>• <b>04 UNIDADES - PERFIL TIPO U (CE3):</b> Perfil de aço galvanizado utilizado em estruturas de subestação e montagem de transformadores em poste</li> <li>• <b>04 UNIDADES - FIXADOR PARA PERFIL U:</b> Acessório metálico para travamento e fixação do perfil "U" na estrutura do poste.</li> </ul> <p><b>CABOS E CONDUTORES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>1.200 METROS - CABO XLPE 35 MM² (15/25 KV):</b> Cabo de alumínio com isolamento em polietileno reticulado (XLPE), protegido para média tensão, classe 15/25 kV.</li> <li>• <b>600 METROS - CABO ALUMÍNIO QUADRUPLIX 120 MM²:</b> Condutor de alumínio, classe de encordamento 2, isolamento XLPE 90 graus, tensão 1kV, composto por 3 veias coloridas (Preto/Cinza/Vermelha) e 1 neutro</li> </ul>	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)		

		<p>nu.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>400 METROS - CABO DE AÇO GALVANIZADO 6.4 MM:</b> Cabo de aço de alta resistência para uso como mensageiro em redes compactas ou estaiamento.</li><li>• <b>100 METROS - CABO DE ATERRAMENTO 50 MM²:</b> Condutor de cobre nu, têmpera meio-dura, para execução de malha de terra e descidas de para-raios.</li><li>• <b>20 METROS - CABO DE COBRE FLEXÍVEL 120 MM²:</b> Isolação em composto termofixo HEPR (90°C), tensão nominal 0,6/1kV, conforme NBR 7286.</li></ul> <p><b>CONEXÕES E PROTEÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>200 UNIDADES - CONECTOR PERFURANTE 120/120 MM:</b> Conector tipo CDP com revestimento metálico, para conexão por perfuração de isolação em cabos de 16 a 120mm² .</li><li>• <b>40 UNIDADES - CONECTOR PARALELO:</b> Conector de alumínio para derivações em redes de baixa tensão.</li><li>• <b>40 UNIDADES - TERMINAL DE COBRE A COMPRESSÃO 120 MM:</b> Cobre eletrolítico com acabamento estanhado, diâmetro do furo 10,5mm (M10), conforme NBR-5370 .</li><li>• <b>12 UNIDADES - ELO FUSÍVEL 6A / 12 UNIDADES - 8A / 12 UNIDADES - 15A:</b> Fabricados conforme NBR 7282, curva tipo K, cabeça fixa, para chaves de distribuição até 36,2kV.</li></ul> <p><b>ACESSÓRIOS DE REDE COMPACTA (PROTEGIDA):</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>55 UNIDADES - REPASSADOR LOSANGULAR (ESPAÇADOR):</b> Fabricado em polietileno de alta densidade, resistente a trilhamento elétrico, para manutenção do espaçamento entre fases.</li><li>• <b>24 UNIDADES - BASTÃO POLIMÉRICO COMPLETO:</b> Isolador de ancoragem composto por núcleo de fibra de vidro e saias de silicone, para isolação de média tensão.</li><li>• <b>10 UNIDADES - ISOLADOR RYTOP E 10 PINOS:</b> Isolador de topo para rede compacta com pino de fixação em aço galvanizado.</li></ul> <p><b>MISCELÂNEA E FIXAÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>40 UNIDADES - PARAFUSO 16/250:</b> Parafuso cabeça quadrada tipo máquina, 16x250mm, em aço galvanizado com porca.</li><li>• <b>10 UNIDADES - HASTE DE ATERRAMENTO (2.40M):</b> Haste cobreada tipo Copperweld com 2400 mm de comprimento e camada de cobre de alta espessura.</li><li>• <b>10 UNIDADES - CONECTOR GRAMPO ATERRAMENTO:</b> Grampo de fixação mecânica para conexão entre cabo e haste de aterramento.</li><li>• <b>24 UNIDADES - GRAMPO DE ANCORAGEM 50 MM:</b> Para encabeçamento e ancoragem de cabos multiplexados.</li><li>• <b>08 UNIDADES - ALÇA PREFORMADA 6.4 MM:</b> Alça de aço galvanizado para terminação de cabos de aço e estais.</li></ul>				
04	21687	<p><b>SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE REDE ELÉTRICA EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO</b></p> <p>A empresa contratada deverá prestar serviço contínuo de monitoramento da rede elétrica durante todo o período do evento, incluindo medições de consumo, verificação de sobreaquecimento e análises de desempenho da rede. Para isso, deverá instalar e operar um sistema de monitoramento capaz de identificar possíveis superaquecimentos na infraestrutura da rede elétrica, apresentando relatórios detalhados ao final. Será também necessário disponibilizar uma equipe de prontidão composta por 1 (um) engenheiro eletricista, 1 (um) eletricista e 2 (dois) auxiliares, garantindo atendimento imediato e solução ágil de ocorrências durante o evento.</p> <p>Todo o fornecimento de equipamentos, como software de monitoramento em tempo real, sensores de temperatura, medidores de consumo, EPIs e ferramentas necessárias, será de responsabilidade da contratada. Ao</p>	SERVIÇO	01 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)		

	término do evento, a empresa deverá apresentar um relatório técnico detalhado e um laudo técnico dos serviços realizados, ambos emitidos por um engenheiro eletricista, acompanhados da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitida pelo conselho competente. <b>NOTA:</b> O Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização do evento, conta atualmente com 14 transformadores trifásicos instalados, totalizando uma potência instalada de 2.250 kVA. A demanda contratada, conforme a carga disponibilizada pela Energisa para a unidade consumidora, é de 1.800 kW.				
VALOR TOTAL DO LOTE:					R\$

Catálogo de Materiais – CATMAT (<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>) - conforme Art. 19, II, § 2º e art. 40, § 1º, I da Lei 14.133/2021.  
\*Não foi identificado no Catálogo de Materiais – CATMAT objeto idêntico ao da descrição, por esse motivo foi aplicado o código do objeto mais similar.

LOTE 02 – SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E INTERVENÇÃO EM INSTALAÇÕES DE REDE ELÉTRICA						
ITEM	Código Catálogo CATSER	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05	21687	<b>SUBSTITUIÇÃO DE POSTES CABOS EM REDE DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO</b>  Execução de serviços eventuais de substituição de cabos elétricos em redes de média e baixa tensão, compreendendo o fornecimento, remoção e destinação adequada de cabos danificados, lançamento, tracionamento e fixação de novos condutores, substituição eventual de postes danificados ou tecnicamente inadequados, incluindo retirada do poste existente, fornecimento e instalação de novo poste compatível com as cargas e esforços solicitantes, recomposição das estruturas e realocação dos circuitos, adequação de terminais, reaperto de conexões, realização de testes de continuidade e isolamento, bem como energização assistida, quando aplicável. <b>Todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessários à execução do serviço são de inteira responsabilidade da contratada.</b>	SERVIÇO	05 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)		
06	21687	<b>RELIGAÇÃO DE CHAVE FUSÍVEL EM TRANSFORMADOR TRIFÁSICO</b>  Execução de religação de chave fusível em transformador trifásico com potências nominais de 112,5 kVA, 150 kVA e 300 kVA, tensão primária de 13,8 kV e tensão secundária de 220/127 V, incluindo inspeção técnica, fornecimento e substituição de elos fusíveis quando necessário, verificação das condições operacionais, ajustes, testes e energização assistida. <b>Todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessários à execução do serviço são de inteira responsabilidade da contratada.</b>	SERVIÇO	05 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)		
07	21687	<b>LIGAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>  Execução de serviços de ligação, adequação e regularização de instalações elétricas em média e baixa tensão, incluindo quadros de distribuição, ramais, dispositivos de proteção, conexões, ajustes técnicos e testes funcionais necessários ao pleno restabelecimento da segurança e funcionalidade do sistema elétrico. <b>Todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessários à execução do serviço são de inteira responsabilidade da contratada.</b>	SERVIÇO	05 SERVIÇO (COMPLETO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES)		
VALOR TOTAL DO LOTE:						R\$

Catálogo de Materiais – CATMAT (<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>) - conforme Art. 19, II, § 2º e art. 40, § 1º, I da Lei 14.133/2021.  
\*Não foi identificado no Catálogo de Materiais – CATMAT objeto idêntico ao da descrição, por esse motivo foi aplicado o código do objeto mais similar.

Carimbo do CNPJ/CPF-ME:	Local:	Responsável pela cotação da Empresa:	USO EXCLUSIVO DA SEAGRI	Valor da Proposta:
-------------------------	--------	--------------------------------------	-------------------------	--------------------

	Data:			
	Banco:	Fone:		Validade da Proposta: Mínimo 90 (noventa) dias
	Agência:	Assinatura:		Prazo de Entrega:
	C/C:		Responsável pela cotação/SEAGRI	
<b>OBSERVAÇÕES IMPORTANTES: Do local e Horário da entrega/prestação dos serviços:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>A contratada deverá fornecer os serviços de acordo com as especificações do termo de referência e edital de licitação.</li><li>A Nota de Empenho, será disponibilizada a contratada assim que finalizar o certame licitatório, havendo a habilitação do (s) vencedor (s).</li><li>Os serviços da presente solicitação deverão ser prestados no Centro Tecnológico Vandeci Rack, situado no quilômetro 333 da BR-364, a 11 quilômetros de Ji-Paraná, sentido Presidente Médici, durante todo o período de realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional e da 7ª Rondoleite, conforme condições estabelecidas do instrumento licitatório.</li></ul>				

**MARCOS VINICIUS MACHADO**  
Membro da Comissão Núcleo de Compras Públicas - NCP/SEAGRI

**FÁBIO VENTURA DE OLIVEIRA**  
Núcleo de Compras Públicas - NCP/SEAGRI  
Chefe de Núcleo

**LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA**  
Secretário de Estado da Agricultura-SEAGRI



Documento assinado eletronicamente por **marcos vinicius machado de melo, Assessor(a)**, em 15/04/2026, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Ventura, Chefe de Núcleo**, em 15/04/2026, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo da Silva Batista, Secretário(a)**, em 15/04/2026, às 19:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71237721** e o código CRC **893EA552**.

---

**Referência:** Caso responda este(a) SAMS, indicar expressamente o Processo nº 0025.003449/2025-16

---

SEI nº 71237721

Criado por [92791735291](#), versão 2 por [92791735291](#) em 15/04/2026 10:51:43.